

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Impasse com Paraguai pode levar Itaipu a segurar gasto	3
Título: Atlas investe R\$ 1,3 bi e chega a quatro usinas solares no Brasil.....	5
Título: Ricardo Brennand constrói parques eólicos	7
Título: Cemig estuda fazer IPO de subsidiária de gás em 2020	8
Título: Quatro grupos disputam compra da Argo Energia	10
Título: Presidente da Petrobras defende fim de partilha	11
Título: Com nova base em Macaé, Modec disputa mais contratos	13
Título: Siderúrgicas veem retomada da demanda no setor de construção	15
Título: Etanol poderá alcançar novo recorde no mix de produção das usinas	16
Título: Carf cancela autuação de R\$ 5 bilhões da Petrobras.....	19
Título: Para empresários, reforma continua a ser prioritária	20
Título: Destaques	22
Título: Resposta rápida.....	23
Título: Cenário de algo grau de incerteza atrasa a retomada.....	26
Título: Escalada protecionista traz turbulências ao mercado	27
Título: Acordo com os europeus favorece importações	29
Título: Produção da China deve avançar mais lentamente.....	30
Título: América Latina enfrenta concorrência crescente	32
Título: Setor de óleo e gás deve ganhar participação	33
Título: Curta.....	35
Título: Manutenção inteligente reduz parada nas fábricas	35
Título: Companhias precisam fortalecer estratégias de segurança digital	37

Título: Inteligência artificial alerta para ações preventivas	38
Título: Áreas de inovação estimulam avanços	40
Título: Startups criadas para resolver problemas	41
Título: Açolab e Agita articulam conexões	43
Título: Sem BNDES, empresas buscam crédito privado	44
Título: Operações de bonds permitem quitação de dívidas	46
Título: Recuperação lenta da economia afeta os papéis das siderúrgicas.....	47
Título: Volatilidade marca os negócios com minério de ferro em Dalian	49
Título: Fabricantes querem reciclar 60% das embalagens até 2031.....	50
Título: Subprodutos ganham novas aplicações.....	52
Título: Carvão vegetal ajuda a reduzir a pegada de carbono.....	53
Título: Retomada da produção em Brumadinho	55
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	56
Título: Movimento do aço mostra atividade fraca.....	56
Título: Guedes promete R\$ 500 bi a Estados	57
Título: Paraguai aproveita crise para refazer acordo de Itaipu.....	58
Título: Câmara arquiva impeachment de presidente e vice	59
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	60
Título: MP que facilita venda da Eletrobras deve cair	60
Título: Queda de braço.....	61
Título: Pacto Federativo pode transferir até R\$ 500 Bi em 15 anos	62
Título: Presidente da Petrobras defende fim de partilha na produção de petróleo	62
VEÍCULO: O Globo.....	64
Título: Governo pretende redistribuir R\$ 500 bilhões	64
Título: Assim falou James Heckman.....	66

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | De Foz do Iguaçu****Título: Impasse com Paraguai pode levar Itaipu a segurar gasto**

O impasse entre a Eletrobras e a paraguaia Administración Nacional de Electricidad (Ande) relativo ao contrato de energia da hidrelétrica de Itaipu pode afetar a saúde financeira da usina, se não for equacionado até o fim do ano. O diretor-geral da parte brasileira da Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna, porém, demonstra otimismo e acredita em uma solução para o caso no curto prazo, sem precisar datas.

"[O impasse hoje] não chega a afetar [a saúde financeira]. Logicamente, se isso prosperar até o fim do ano, vai afetar. Seria como se houvesse um contingenciamento no recurso que está previsto no Orçamento", disse ontem o executivo, em entrevista coletiva. "Quanto mais cedo for resolvido esse problema de contratação, nós teremos saneada a nossa parte. Mas não deixamos de honrar nenhum de nossos compromissos, com relação a royalties, contratos e convênios."

Eletrobras e Ande negociam novos volumes de contratação de energia de Itaipu. A ideia é que cada parte informe adequadamente o volume de energia que pretende utilizar da usina por ano. O **Valor** apurou que, hoje, sem um contrato em vigor, a Ande declara uma necessidade de energia inferior à necessária e completa sua demanda com a produção excedente da hidrelétrica, cujo custo é mais baixo.

Enquanto as partes não chegam a um acordo, Eletrobras e Ande pagam à Itaipu o valor que julgam ser adequado ao volume de energia que entendem necessitar da hidrelétrica. Com isso, existe um volume de energia controverso referente à usina e que não está sendo faturado.

A companhia evita falar em números, mas estima-se que, do cerca de US\$ 1,5 bilhão de faturamento da empresa no primeiro semestre, US\$ 50 milhões deixaram de ser pagos devido à controvérsia. Calcula-se que essa fatia em aberto poderá alcançar US\$ 130 milhões até o fim do ano.

As partes, porém, já retomaram as negociações. "Aguardamos a decisão e tenho certeza, pelo vínculo que existe entre Brasil e Paraguai, que eles celebrarão [o contrato] no curto prazo. Os entendimentos já foram iniciados. E no curto prazo teremos uma solução", disse Silva e Luna.

O **Valor** apurou que a proposta da Eletrobras prevê basicamente três pontos: o pagamento pela Ande de quatro parcelas anuais referente a energia que consumiu acima do montante contratado previamente, a inclusão de um gatilho que faça com que a Ande pague um valor a mais sempre ultrapassar determinado patamar da demanda declarada previamente e o ressarcimento à Eletrobras caso a Ande consuma parte da energia contratada pela estatal brasileira.

"A nossa ação é aguardar que as partes responsáveis façam isso. Se precisarem de qualquer tipo de informação de natureza técnica, vão nos consultar", afirmou Silva e Luna. "Nossa missão é produzir o máximo de energia. Quanto mais energia nós produzirmos, mais ganho terão os dois países. Como eles vão fazer para contratar isso aí, eles vão ter que sentar e tomar uma decisão."

Segundo ele, a troca de comando em cargos importantes da administração paraguaia, após o impasse criado em relação a uma ata assinada em maio na tentativa de firmar um contrato que acabou não se concretizando, não afetou a produtividade da hidrelétrica. A usina fechou o primeiro semestre com produção de 50 milhões de megawatts-hora (MWh), volume equivalente a dois terços do total que a usina precisa entregar anualmente (75 milhões de MWh) e está proporcionalmente próximo do recorde registrado em 2006, de 103,1 milhões de MWh.

O diretor disse não acreditar que o atual impasse afete de alguma maneira as negociações relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu. O documento, que trata das bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade de Itaipu, vence em 2023.

"A nossa percepção é que, qualquer que seja a decisão tomada para o Anexo C, em 2023, será um 'ganha-ganha'. A forma de fazer isso será encaminhada." Ele acrescentou que a negociação deverá ser feita com transparência. "A sociedade quer participar disso".

Até 2023, Itaipu espera ter amortizado integralmente a dívida relativa à construção da usina. Para este ano, a empresa prevê pagar US\$ 2,1 bilhões, do saldo devedor atual de US\$ 5,8 bilhões. O principal credor é a Eletrobras.

Com relação aos planos do governo brasileiro de capitalização e privatização da Eletrobras, Silva e Luna disse que qualquer alternativa que seja proposta e apresentada ao Congresso deverá preservar a natureza de Itaipu. "Isso não vai modificar o espírito e a natureza de Itaipu."

Como Itaipu é constituída por um tratado firmado entre Brasil e Paraguai, a empresa não poderá ter como parte contratante a Eletrobras, se a elétrica for

privatizada. Outra empresa que não poderá fazer parte da Eletrobras privatizada é a Eletronuclear, dona de usinas nucleares. A tendência é que as duas empresas sejam segregadas da Eletrobras no processo de privatização.

Sobre os seis meses à frente da segunda maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada, com 14 mil megawatts (MW), atrás apenas da chinesa Três Gargantas (22 mil MW), Silva e Luna destacou que sua gestão é caracterizada pela austeridade e pela eficiência. O executivo, por exemplo, determinou o enxugamento do escritório de Curitiba e a transferência de 120 funcionários da capital paranaense para Foz do Iguaçu. A companhia espera economizar R\$ 7 milhões, nos próximos quatro anos, com os cortes no pagamento de aluguel e a manutenção do prédio locado.

O repórter viajou a convite de Itaipu Binacional

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Atlas investe R\$ 1,3 bi e chega a quatro usinas solares no Brasil

A Atlas Renewable Energy, empresa que conta com US\$ 600 milhões de um fundo criado pela gestora britânica Actis para investimentos em geração de energia renovável, prevê chegar ao fim deste ano com quatro usinas solares em operação no Brasil, totalizando uma capacidade de 421 megawatts-pico (MWp, unidade de potência de projetos do tipo) e investimentos de R\$ 1,3 bilhão. Desse total, R\$ 600 milhões foram financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Criada em 2017, a companhia tem como meta alcançar 1,5 gigawatts (GW) de potência nos próximos anos na América Latina, principalmente no Brasil.

"O Brasil é o maior mercado da América Latina. Mas temos outros, como o Chile, que está muito desenvolvido. Nosso trabalho como Atlas é sempre trazer para nosso portfólio aquelas oportunidades que sejam mais interessantes, independentemente do mercado em que estejam", disse o gerente-geral da Atlas no Brasil, Luis Pita, ao **Valor**.

A companhia concluiu, neste ano, a construção de seu maior parque solar em operação no Brasil, localizado em Juazeiro, na Bahia. Com investimentos de R\$ 650 milhões, a Central Fotovoltaica Juazeiro Solar tem 156 MWp e vai produzir energia suficiente para atender a 207,6 mil famílias, ou cerca de 1 milhão de pessoas.

Segundo Pita, o empreendimento também é o primeiro do tipo na América Latina a utilizar uma subestação totalmente digital. A instalação ocupa um espaço 90% menor que uma subestação convencional. "Ela diminui de forma muito considerável a intervenção humana, portanto diminui o risco", disse. Além disso, observou, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem acesso mais dinâmico às informações e ao controle da usina, contribuindo para a estabilidade do sistema elétrico brasileiro.

Até o fim deste ano, a empresa vai colocar em operação seu quarto parque de geração solar no Brasil. A unidade, de 117 MWp, ficará no município de Barreiras, no interior da Bahia. O investimento direto estimado no projeto é de R\$ 200 milhões, além de outros R\$ 200 milhões financiados pelo BNB.

Além dos projetos em Juazeiro e Barreiras, a Atlas tem no Brasil os parques São Pedro, também na Bahia, com capacidade de 67,1 MWp, e Sol do Futuro, no Ceará, com capacidade de 81 MWp.

Para disputar investimentos da Atlas com outros países da América Latina, o Brasil tem como atrativos os leilões de contratação de energia nova no mercado regulado, por meio dos quais foram viabilizados os projetos da empresa no país, e a possibilidade de firmar contratos de compra e venda, no longo prazo, com grandes consumidores no mercado livre.

O principal executivo da Atlas no Brasil contou que a empresa estuda participar do próximo leilão de energia nova, em outubro, que negociará contratos de empreendimentos para o início de suprimento em seis anos (2025). Mas a companhia também busca contratos no mercado livre.

"Nós temos conversas muito avançadas com diferentes 'players' na indústria, de forma que esperamos, daqui a pouco, poder anunciar nossos planos de expansão concretos já com números que possam ser compartilhados", afirmou Pita. "Estamos de olho nessa oportunidade que o mercado pode apresentar."

Questionado sobre a possibilidade de aquisições de ativos e empresas no mercado de energia renovável no Brasil, o executivo afirmou que a companhia pode avaliar oportunidades de negócio. "Se for interessante para os acionistas e para o desenvolvimento do setor no Brasil, podemos ver qualquer oportunidade que tivermos na frente e que entre no nosso escopo de participação", disse.

Em relação à estratégia da companhia para o Brasil, Pita contou que a Atlas está concentrada no desenvolvimento de grandes usinas solares centralizadas. Por enquanto, não faz parte dos planos da empresa investir em pequenos projetos de geração distribuída de energia solar no país.

As usinas hidrelétricas ainda predominam no Brasil, mas outras fontes renováveis, como as usinas solares e eólicas, ganham espaço. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2017 as hidrelétricas respondiam por 62,9% da capacidade de geração do Sistema Interligado Nacional. Em 2027, essa fatia deve cair para 49,4%. Já a participação de outras fontes renováveis deve passar de 21,7% para 29% no mesmo período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | Do Recife

Título: Ricardo Brennand constrói parques eólicos

O grupo pernambucano Ricardo Brennand investirá R\$ 450 milhões na construção de três parques eólicos em Sento Sé (BA), município próximo a Sobradinho. Os parques terão capacidade de 94 megawatts (MW) e contarão com uma nova linha de transmissão de alta tensão que será construída pela empresa. A previsão é que o empreendimento entre em funcionamento no início de 2021, vendendo energia no mercado livre.

Em paralelo, o grupo Ricardo Brennand está desenvolvendo projetos para, a partir do próximo ano, ingressar no ramo de energia solar. Segundo Mozart Siqueira, presidente da Brennand Investimentos, a companhia está medindo a radiação há cinco anos. "Estamos fazendo uma discussão, mas já há uma orientação dos acionistas da empresa para diversificar nossa matriz energética", afirmou o executivo ao **Valor**.

Por meio da Brennand Energia e da Brennand Investimentos, o grupo atua no segmento de energia hidráulica e eólica. Segundo demonstrações financeiras publicadas, juntas as duas empresas tiveram faturamento de R\$ 520 milhões no ano passado, com lucro de R\$ 244 milhões.

Além do setor de energia, o grupo Ricardo Brennand atua no setor de cimento, com a marca Nacional - com fábricas em Pernambuco e em Minas Gerais -, e no setor imobiliário.

Siqueira avalia que o nível de competitividade da energia solar cresceu bastante e que ela pode ser utilizada para complementar o portfólio do grupo, considerando que cada uma das matrizes tem alguma sazonalidade. "Em toda região que margeia o São Francisco, a radiação é muito intensa", afirmou.

Em Sento Sé, onde serão construídos os novos parques, a empresa já tem em funcionamento parques eólicos com capacidade de 250 MW. Considerando que

a empresa tem ainda 350 MW em energia hidráulica, os novos parques levarão o grupo a uma capacidade instalada de 700 MW.

"As condições comerciais com os clientes já estão definidas. Estamos em processo de formalização dos contratos, em estágio bastante avançado", afirmou Siqueira. A maior parte dos clientes, disse, são empresas da região Nordeste.

Segundo o executivo, a Brennand Investimentos ainda está buscando o equacionamento ideal para financiar os novos parques, equilibrando capital próprio e de terceiros. No período de construção, a expectativa é que o empreendimento empregue 250 pessoas.

Os aerogeradores serão adquiridos da Siemens Gamesa, que produz os equipamentos na Bahia. O governo do Estado da Bahia tem um programa de incentivo fiscal com deferimento para aquisição de componentes para o setor de energias renováveis, segundo Luiz Gugé, secretário em exercício da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado.

Hoje, a Bahia conta com 156 parques eólicos em operação, que beneficiam 20 municípios, com potencial energético de 1.3007 GWh/mês. Há, no Estado, 67 novos parques em construção até 2024, que devem gerar 22 mil postos de trabalho na cadeia produtiva, de acordo com Gugé.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cemig estuda fazer IPO de subsidiária de gás em 2020

A estatal mineira Cemig avalia fazer, em 2020, uma oferta pública inicial de ações da Gasmig, distribuidora de gás natural de Minas Gerais, como parte de seu programa de desinvestimentos. A fatia a ser vendida depende do aval da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas a intenção da companhia é privatizar a controlada e vender toda sua participação.

A Cemig tem 99,6% da Gasmig. A fatia restante de 0,4% pertence ao município de Belo Horizonte. A empresa de gás negocia com o governo de Minas Gerais a renovação de sua concessão, informou Daniel Faria Costa, diretor de gestão de participações da Cemig. "A renovação da concessão nos permitirá prosseguir com um plano de venda, muito provavelmente por meio de um IPO no ano que

vem", disse o executivo,, em teleconferência sobre os resultados do segundo trimestre.

A expectativa é que até setembro a Gasmig assine com o poder concedente a extensão da concessão para exploração da distribuição de gás natural no Estado por 30 anos a partir de 2023, quando vence a autorização atual. Para isso, deve ser pago valor de R\$ 852 milhões, resultado da discussão do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O reequilíbrio é necessário porque, em 2014, foi feito um aditivo no contrato de concessão da Gasmig, condicionado ao investimento em um gasoduto na região do Triângulo Mineiro. Esse investimento não se concretizou, segundo Costa, porque a Petrobras, principal consumidora do gás, não fez o investimento necessário.

"O Estado nos questionou, em junho de 2018, sobre o investimento, e foi confirmado que não seria feito", disse o executivo. Com isso, a Gasmig e o governo mineiro passaram a negociar o reequilíbrio da concessão e sua renovação. "Estamos chegando a um acordo final que permitirá manter a concessão para a Gasmig até 2053", afirmou Costa. Os recursos que serão pagos para reequilibrar a concessão serão incorporados à base para cálculo de tarifa; então, haverá ajuste para compensar o valor adicional que a concessionária pagará.

Depois dessa etapa, a Cemig vai se concentrar no IPO da Gasmig, com objetivo de saída total do capital da distribuidora de gás. "Não havendo autorização legislativa suficiente, estudamos uma oferta parcial", disse o diretor da Cemig.

O executivo voltou a defender o plano de desinvestimentos da companhia, com foco em desonerar suas operações e levantar recursos para amortizar dívida. O primeiro ativo "na fila" é o complexo eólico Alto Sertão III, da Renova Energia, na qual a Cemig tem 40%. A venda do ativo, junto da dívida de R\$ 1,4 bilhão, é fundamental para que a companhia se reestruture e evite um processo de recuperação judicial. Um acordo para venda foi assinado com a AES Tietê, mas ainda depende do aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O programa de desinvestimentos inclui também as participações da Cemig nas hidrelétricas de Santo Antonio e Belo Monte, além dos 22% restantes na Light. Combinadas ao plano de reestruturação implementado pelo presidente da companhia, Cledorvino Belini, desde que assumiu o comando no início deste ano, a expectativa é que a Cemig reduza seu endividamento e volte a ser um

negócio rentável. A ideia, segundo Belini, é que a estatal seja "tão eficiente quanto uma [empresa] privada".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Camila Maia | De São Paulo

Título: Quatro grupos disputam compra da Argo Energia

A gestora de private equity Pátria fez a primeira seleção dos proponentes interessados em sua empresa de transmissão de energia, a Argo. Ao menos quatro grupos interessados passaram da fase de ofertas não vinculantes para a etapa de ofertas firmes e precisarão apresentar proposta no fim da primeira quinzena de outubro, apurou o **Valor**. A disputa é majoritariamente entre competidores estrangeiros, incluindo um possível estreante no mercado brasileiro.

Conforme três pessoas com conhecimento do assunto, estão entre os selecionados o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) em parceria com a Votorantim Energia. A joint venture formada pelo fundo de pensão canadense e a companhia brasileira já detém ativos de geração de energia no país, com destaque para a Cesp, de São Paulo, cujo controle foi arrematado no ano passado.

Outro consórcio que avançou para a fase vinculante é formado pela também canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) com a francesa Engie. A parceria venceu a disputa pela fatia de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), vendida pela Petrobras, por R\$ 33,5 bilhões.

Em ofertas individuais, passaram para a próxima etapa a espanhola Red Eléctrica, assessorada pelo banco Santander, e a colombiana Grupo Energía Bogotá (GEB), assessorada pelo Citi. O GEB já adquiriu concessões de transmissão no Brasil que pertenciam à Desenvix e à JMalucelli Energia, por meio da subsidiária Empresa de Energía de Bogotá. Já a espanhola ainda não tem atuação no país, apesar da presença na América do Sul, no Chile e Peru. Outros interessados - como a canadense Brookfield, a gestora britânica Actis e a transmissora brasileira Taesa - não estão mais na disputa.

A Argo é avaliada em R\$ 6 bilhões, considerando equity e dívida. Os bancos Itaú BBA e Bank of America Merrill Lynch coordenam o processo, por parte do vendedor. Segundo um executivo, os ativos da carteira da Argo Energia têm taxas de retorno elevadas, acima da média vista nos últimos leilões. Os ativos foram arrematados em certames realizados em 2016 e início de 2017 -

momento que marcou a virada da atratividade dos leilões de transmissão do Brasil, com a vigência de novas regras e prazos, com taxas de retorno maiores.

Além disso, a competição era muito menor que a atual, que tende a achatar as taxas de retorno. Assim, o Pátria saiu vencedor sem grandes deságios. Como as taxas de juros caíram consideravelmente desde então, a situação da Argo ficou ainda mais atrativa - o que faz com que o Pátria espere alto retorno nessa transação.

A Argo tem 1,1 mil quilômetros em linhas de transmissão, cuja entrada em operação está prevista ainda para este ano. No ano passado, teve receita de R\$ 1,7 bilhão e lucro de R\$ 79 milhões, conforme o balanço. Procurado, o Pátria não comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Presidente da Petrobras defende fim de partilha

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que o Brasil precisa, "definitivamente", acabar com o regime de partilha do pré-sal, ou ao menos flexibilizar o modelo. Em discurso voltado para uma plateia de executivos da indústria de óleo e gás, ele afirmou que a partilha e a política de conteúdo local "pertencem ao passado" e não contribuem para a eficiência do setor.

"Temos que fazer com que o Brasil ingresse no caminho da prosperidade. E não vai ser com conteúdo local ou regime de partilha que vamos conseguir fazer isso. Isso pertence ao passado, que não nos foi favorável, e temos que romper com isso", afirmou o executivo, em seminário sobre competitividade dos projetos offshore do Brasil, promovido pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

De acordo com Castello Branco, o regime de partilha não traz estímulos à eficiência e foi criado para "atender conveniências políticas". Por esse modelo, as empresas destinam parte do volume de óleo e gás produzido para a União e ainda pagam royalties, com base numa alíquota de 15% - superior, portanto, à alíquota de até 10% prevista na concessão. Na partilha, por outro lado, as companhias não pagam participações especiais (compensação financeira que incide sobre campos de maior produtividade no regime de concessões).

Instituído em 2010, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o regime de partilha tem a administração de contratos considerada de natureza

mais complexa. A legislação atual, contudo, garante uma vantagem à Petrobras nesse modelo: a estatal brasileira possui direito de preferência na aquisição da operação de todas as áreas licitadas sob esse regime, o que não ocorre com a concessão.

"Definitivamente temos que ou mudar a lei do pré-sal, acabar com a partilha, ou então, num movimento mais moderado, acabar com o polígono do pré-sal e deixar à escolha da autoridade o regime de concessão ou partilha [das áreas licitadas]", disse Castello Branco.

Ao defender a flexibilização da lei de partilha, Castello Branco faz menção a um pleito corrente na indústria petrolífera, favorável ao fim do polígono do pré-sal. A intenção, por trás dessa flexibilização, é permitir que áreas de menor atratividade, como ativos do pós-sal situados dentro do polígono, possam ser licitadas sob o regime de concessão. Pela legislação atual, áreas localizadas na região do polígono só podem ser leiloadas sob o regime de partilha, concebido originalmente para os projetos de alto grau de produtividade do pré-sal. Na visão de parte da indústria, campos de menor produtividade têm mais dificuldades para se viabilizar economicamente no modelo de partilha da produção.

Sobre o conteúdo local, Castello Branco elogiou a flexibilização da política nos últimos anos, depois que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deixou de tomar "atitudes beligerantes com a indústria do petróleo". O executivo, porém, questiona a natureza da política de nacionalização.

"Se a indústria brasileira é tão boa, não precisa de conteúdo local. Se ela não é eficiente, 22 anos depois da Lei do Petróleo, é hora de acabar com isso. Vinte e dois anos é tempo suficiente para as empresas aprenderem alguma coisa. Quem não se preparou, paciência", disse.

No mesmo evento, horas depois, o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, fez um contraponto, ao dizer que é possível trabalhar com conteúdo local na indústria brasileira de óleo e gás. "Somos defensores do conteúdo local, mas sempre de um conteúdo local competitivo para os nossos projetos. É possível, sim, falar de conteúdo local e avançar em conteúdo local", afirmou.

Castello Branco comentou também sobre a competitividade da Petrobras e disse que vê possibilidade de redução dos custos de extração do pré-sal, que encerraram o segundo trimestre em US\$ 6 o barril. "O pré-sal é um ativo de classe mundial, com custos de extração de US\$ 6 o barril e com possibilidade de redução disso."

Ele acrescentou que a empresa está empenhada em reduzir seus custos gerais e administrativos, com medidas como a revisão de contratos de aluguel de edifícios.

O executivo mencionou, ainda, que a Petrobras está fazendo a gestão de sua dívida. E citou o pré-pagamento integral de um contrato de financiamento com o China Development Bank (CDB), totalizando US\$ 3 bilhões, cujo vencimento ocorreria em 2024. "O CDB foi parceiro nos piores momentos. Se não fossem os chineses, a Petrobras teria que pedir socorro ao Estado brasileiro. Mas gerou-se uma concentração de dívida importante", afirmou, ao explicar o motivo para a quitação antecipada do empréstimo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Com nova base em Macaé, Modec disputa mais contratos

Vencedora de três das últimas quatro licitações abertas pela Petrobras para aluguel de plataformas para o pré-sal, a Modec, controlada pela Mitsui, se prepara para uma nova ofensiva por negócios no Brasil. O gerente comercial da empresa, Felipe Baldissera, conta que a companhia está na disputa por mais três contratos com a estatal brasileira e que, de olho nas perspectivas de expansão, no país, a fornecedora japonesa abriu recentemente, em Macaé (RJ), uma nova base de operações no Brasil.

Baldissera afirma que o Brasil é "central" dentro do plano de negócios da japonesa, cujas receitas globais somam cerca de US\$ 2 bilhões. Segundo ele, a nova base de Macaé tem como objetivo melhorar as operações da companhia na Bacia de Campos e preparar a empresa para as demandas futuras.

Hoje, o Brasil concentra 60% da frota de plataformas em operação pela Modec no mundo. Ao todo, a companhia possui 11 embarcações em operação no país. Além disso, a empresa possui outras três unidades em fase de construção, com contratos assegurados com a Petrobras, para os projetos de Sépia, Búzios 5 e Mero, todos previstos para operar a partir de 2021 no pré-sal da Bacia de Santos.

O gerente diz que as perspectivas de negócios são animadoras. A expectativa, segundo ele, é que o mercado brasileiro demande entre 20 e 30 novas plataformas nos próximos cinco anos.

"O Brasil é o centro da indústria de FPSOs [plataformas flutuantes] no mundo, sendo responsável por 30% a 40% da demanda global. O Brasil, para a Modec, é o presente, o passado recente e o maior mercado de perspectiva para o futuro. É muito central para nós", afirma.

Segundo Baldissera, o otimismo com o crescimento do mercado brasileiro já se reflete na captação de recursos no mercado. E cita que a Modec concluiu este mês uma operação de "project bond" para refinarçar o FPSO Cidade de Mangaratiba (MV24), que opera no campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, para a Petrobras. A emissão de bônus, no valor de US\$ 1,1 bilhão, superou em mais de duas vezes o valor planejado.

Baldissera afirma que a operação, coordenada pelo Citigroup e fechada a uma taxa de juros de 6.748% ao ano, foi a primeira do tipo realizada pela empresa. O gerente explica que a ideia da japonesa é continuar a financiar seus novos projetos por meio do modelo tradicional de "project finance", mas que o sucesso da emissão de bônus abre uma nova alternativa de refinanciamento para suas plataformas, num momento em que a empresa se prepara para investir bilhões de dólares na expansão de sua atuação no Brasil.

O gerente conta que a Modec está na disputa pelo contrato de afretamento da plataforma do projeto de revitalização do campo de Marlim, na Bacia de Campos, e que a empresa também já trabalha nas propostas para as licitações recém-abertas para contratação dos FPSOs de Mero 3 e Itapu, no pré-sal de Santos.

Questionado se a companhia pretende focar apenas em FPSOs de maior complexidade do pré-sal ou se também concorrerá por contratos de menor porte, Baldissera disse que a Modec tem o "conforto e preferência" por projetos do tipo do pré-sal, mas que a empresa "olha todas as oportunidades".

Depois de alguns anos sem a concorrência da SBM Offshore, a expectativa é que a Modec volte a enfrentar a holandesa nas licitações para o pré-sal. A SBM ficou impedida de contratar com a Petrobras entre 2014 e 2018, devido ao envolvimento num esquema de corrupção no Brasil, mas voltou ao jogo e fechou, este ano, seu primeiro contrato para aluguel de uma plataforma para a estatal brasileira depois de seis anos. Baldissera, contudo, vê a concorrência com naturalidade.

"Uma competição justa e saudável no mercado é completamente inerente. Não existe mercado sem competição", comenta.

As novas plataformas da Modec estão sendo construídas, em sua maior parte, na Ásia. Mesmo com a flexibilização da política de conteúdo local, nos últimos anos, contudo, a empresa pretende contratar parte dos serviços e equipamentos no Brasil.

Questionado se haverá encomenda de serviços aos estaleiros brasileiros, Baldissera disse que a companhia contratará alguns dos serviços de construção e integração de módulos no país. "Mas às vezes há uma simplificação do assunto, com foco muito grande na questão de integração de módulos. Nós contratamos serviços e equipamentos para várias partes da unidade. Motores, válvulas... [O conteúdo local] É muito mais amplo do que estaleiro e conversão de módulos. Vamos fazer atividades no Brasil", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Siderúrgicas veem retomada da demanda no setor de construção

As siderúrgicas fornecedoras para a construção civil estão mais otimistas quanto à retomada do mercado no próximo ano. ArcelorMittal e Gerdau informaram que o volume de consultas pelas incorporadoras está maior que nos primeiros meses do ano.

De acordo com o vice-presidente para aços longos da ArcelorMittal, Henrique Moraes de Almeida, as consultas estão voltando. "A retomada do mercado deverá acontecer antes do que imaginávamos. O volume de prospecção em nossos canais de venda está maior que no primeiro semestre. O telefone está tocando", disse Almeida, ao **Valor**.

Dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp), divulgados pelo Secovi, mostram que o ritmo de lançamentos está acelerado na cidade de São Paulo. De janeiro a junho de 2018, as incorporadoras anunciaram pouco mais de 8 mil unidades residenciais na capital paulista. No primeiro semestre deste ano, o volume foi de 18.382 unidades.

Considerando que o tempo entre lançamento e início da obra varia de seis meses a um ano, o aumento no consumo aparente de aço deve se materializar em 2019, diz Almeida.

O diretor-executivo de Aços Brasil da Gerdau, Marcos Faraco, disse ao **Valor** que a companhia também tem observado melhora nas consultas. "Notamos a

evolução de alguns indicadores de demanda futura, como a desestocagem do setor imobiliário residencial e redução da vacância em imóveis em cidades como São Paulo. Por isso, acreditamos que a melhora deste segmento da construção deva vir ao longo do semestre", afirmou.

Segundo Faraco, nos últimos trimestres o segmento do varejo (autoconstrução) apresentou bom desempenho, que deve ser mantido ao longo dos seis últimos meses do ano. "Neste contexto, acreditamos que a estratégia da Comercial Gerdaui contribuiu para o fortalecimento da presença da companhia no segmento", afirmou, sem mencionar qual o crescimento no volume de consultas da empresa.

Adriana Carvalho, da S&P Platts, consultoria especializada em commodities, disse que, apesar dessa melhora nos lançamentos no primeiro semestre, o retorno efetivo dos projetos ainda está lento. "A perspectiva é de uma recuperação do setor de construção civil a partir do segundo semestre de 2020".

Segundo Adriana, a melhora no período ocorreu em função de um desempenho muito ruim em 2018, devido à greve dos caminhoneiros no fim de maio. "De qualquer maneira, não vemos uma recuperação sustentável já neste ano. Até porque, no quarto trimestre, a indústria já desacelerará novamente. E, se o período de chuvas vier forte no verão, atrapalhará ainda mais os projetos de construção. Então, uma recuperação mais sustentável ocorrerá apenas no segundo semestre de 2020."

Se as incorporadoras estão animando as siderúrgicas com prospecção de aço para projetos residenciais, grandes obras de infraestrutura ainda estão em compasso de espera. Faraco, da Gerdaui, disse que a retomada nesse segmento deve demorar um pouco mais porque depende do lançamento de projetos e licenciamento. "Entendemos que a melhora segue em três etapas: o varejo segue com bom desempenho, a atividade de construção residencial e comercial deve subir no segundo semestre, e maior demanda por infraestrutura deve ocorrer a partir do ano que vem", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol poderá alcançar novo recorde no mix de produção das usinas

A safra sucroalcooleira 2019/20 do Centro-Sul começou com uma grande incógnita: o quanto as usinas dariam de preferência à produção de açúcar e de

etanol, já que não se sabia quando as cotações do adoçante reagiriam à redução da produção brasileira. Passados mais de quatro meses do início da moagem de cana, o preço do açúcar ainda não reagiu, e uma parcela maior do mercado está mais convencida que a produção de etanol deverá manter ou ganhar mais espaço no mix de produção, podendo inclusive superar o recorde da safra passada.

Do início da temporada, em 1º de abril, até 1º de agosto, 64,7% do caldo da cana processada pelas unidades da região foi destinado à produção do biocombustível (anidro e hidratado). Na segunda quinzena de julho, 62,96% da cana foi para o etanol. Em geral, o mix é mais açucareiro no meio da safra, já que a concentração de sacarose é maior durante o período seco (inverno). A tendência, portanto, é que, com a aproximação do fim da safra, o mix fique mais alcooleiro.

"Aquela previsão que todos tínhamos de fazer mais açúcar provavelmente não vai mais acontecer. Vamos ter menos açúcar que na safra passada", avaliou Julio Borges, diretor da JOB Economia.

Em relatório divulgado ontem, o escritório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) no Brasil estimou que 64% da matéria-prima processada em todo o país será destinada ao etanol em 2019, ante 64,1% em 2018.

Na safra encerrada em março, as usinas do Centro-Sul destinaram 64,8% do caldo da cana ao etanol. A última temporada em que o mix foi quase tão alcooleiro foi a 2009/10, quando a fatia foi de 60,3%. No último ciclo, a preferência pelo etanol foi determinada pela fraqueza do mercado de açúcar, cujos preços mal pagavam o custo de produção, e pelo início de aquecimento do mercado de etanol.

Neste ciclo, a demanda pelo etanol continuou crescendo de forma surpreendente, segundo um executivo de uma grande companhia do setor, ocupando o espaço que a gasolina tem deixado por estar muito cara aos consumidores. Com o consumo em disparada, os estoques físicos de etanol (anidro e hidratado) registrados pelo Ministério da Agricultura estão quase 30% menores. Somavam 5,8 bilhões de litros em 1º de agosto, frente a 8,2 bilhões um ano antes.

A combinação de uma demanda aquecida e com os baixos estoques está puxando os preços do etanol em pleno pico de safra, aumentando a distância entre a remuneração que o produto gera à usina em relação ao que o açúcar oferece.

Na semana de 12 a 16 de agosto, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado que sai das usinas de São Paulo subiu pela oitava semana consecutiva e ficou em R\$ 1,7452 o litro - patamar 25,5% superior ao indicador do mesmo período da safra passada e acima, até, do valor médio registrado pelo indicador nos três primeiros meses deste ano (R\$ 1,6963 o litro), em plena entressafra do Centro-Sul.

As usinas, porém, ainda estão cautelosas quanto à estratégia que ditará o ritmo das vendas até o fim da temporada. Após apresentarem seus resultados do primeiro trimestre, a maioria das empresas com ações listadas concordou que a demanda está elevada e que o Centro-Sul deve ter uma safra mais alcooleira. Porém, há um receio de que, como na temporada passada, uma aposta forte em carregar muito etanol para a entressafra pressione os preços numa época em que isso não costuma acontecer.

Maior produtora de etanol do país, a Raízen Energia direcionou 51% da cana processada no primeiro trimestre para o etanol, 1 ponto percentual a menos do que um ano atrás. A companhia reduziu as vendas no primeiro trimestre para carregar o produto em estoques para "quando a rentabilidade for maximizada", disse Phillipe Casale, gerente de relações com investidores da Cosan, sócia da Shell na Raízen.

Ele não indicou quando as vendas devem ser concentradas. Mas, para evitar sustos, a empresa tem atuado com futuros de gasolina, o que lhe garantiu no trimestre o maior preço médio de etanol das três empresas com ações listadas no Brasil, de R\$ 1.916 o metro cúbico.

O Grupo São Martinho também teve um perfil mais açucareiro no primeiro trimestre, fruto de injunções climáticas e do cumprimento de contratos de açúcar. Seu mix de produção tem sido decidido dia a dia, mas as vendas deverão ser menos concentradas na entressafra do que em 2018/19, embora a oferta total de etanol deva ser impulsionada pela maior moagem de cana. Em teleconferência com analistas, Felipe Vicchiato, diretor financeiro da empresa, disse acreditar que os preços do etanol devem convergir para os 70% de paridade com a gasolina na entressafra.

Por sua vez, a Biosev elevou sua aposta no etanol já desde o primeiro trimestre, elevando a parcela da cana voltada ao biocombustível para 66,3%, ante 64,9% no mesmo trimestre do último ciclo. Ao **Valor**, Juan Blanchard, CEO da companhia, disse que a expectativa é que a produção do Centro-Sul seja mais alcooleira que na safra passada e que a tendência para os preços é de maior estabilidade, com menor potencial de alta na entressafra.

Listada na bolsa de Nova York, a Adecoagro também maximizou sua produção de etanol, destino de 75% da matéria-prima processada entre abril e junho, ante 73% no mesmo período de 2018. Porém, a empresa indicou que deve ter uma estratégia menos agressiva de carregamento de estoques, "considerando o cenário construtivo de preços de etanol para frente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo | De Brasília

Título: Carf cancela autuação de R\$ 5 bilhões da Petrobras

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) cancelou ontem uma autuação de R\$ 5,05 bilhões aplicada pela Receita Federal à Petrobras. O caso, analisado pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção, envolve remessas ao exterior para o pagamento de aluguel de plataformas e prestação de serviços.

A Petrobras tem diversos processos sobre o assunto no tribunal administrativo. O valor total da tese, segundo consta no seu Formulário de Referência, é de R\$ 44,5 bilhões - o montante inclui discussões sobre Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda (IRRF).

A discussão central trata da forma como são feitos os contratos. A Petrobras costuma fechar dois: um para o aluguel (afretamento) e o outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção. Normalmente, o contrato de afretamento, que não é tributado, responde pela maior parte do custo.

A Receita Federal alega, porém, que a bipartição é artificial, para pagar menos impostos. Nas autuações fiscais, desconsidera a separação dos contratos e tributa também a parcela referente ao afretamento.

No julgamento de ontem, os conselheiros trataram de uma cobrança de Cide, do ano de 2013, sobre as remessas que foram efetuadas ao exterior para o pagamento de plataformas (processo nº 16682.722012/2017-53). A decisão se deu por ampla maioria de votos: 7 a 1.

Prevaleceu o entendimento do relator, o conselheiro Charles Mayer de Castro Souza. Ele afirmou que o Fisco não conseguiu provar que o planejamento tributário usado pela companhia foi abusivo e por esse motivo a cobrança não deveria prevalecer. O único que divergiu foi o conselheiro Hércio Lafetá Reis, representante da Fazenda.

Integrantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) dizem que a turma contrariou precedente da Câmara Superior, a última instância do Carf, e que o órgão irá recorrer da decisão.

A 3ª Turma da Câmara Superior julgou um único caso desse tipo envolvendo a Petrobras. Foi em março deste ano (processo nº 16 682.721545/2013-94). A decisão, pelo voto de qualidade (desempate pelo presidente), manteve uma cobrança de R\$ 2,17 bilhões.

Os valores também eram referentes à Cide sobre os afretamentos, mas do ano de 2009 - o que estava em julgamento ontem era relativo ao exercício de 2013. A empresa afirmou, na época, que recorreria à Justiça contra a decisão da Câmara Superior.

A Petrobras informou, por meio de nota, que o julgamento de ontem "não altera a classificação de expectativa de perda possível" e que as informações referentes ao processo estão nas demonstrações financeiras de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Especial

Autor: De São Paulo

Título: Para empresários, reforma continua a ser prioritária

Os resultados ainda são incipientes, mas as reformas de Previdência e tributária são essenciais e devem permanecer como prioridade na agenda governamental, segundo empresários que representam as maiores companhias do Brasil, homenageadas ontem no prêmio "Valor 1000". As incertezas em relação à economia global e seus reflexos para o Brasil, que não conseguiu engrenar uma retomada prevista para este ano, reforçam a importância dessas mudanças, na visão dos executivos.

As reformas estruturais atualmente em discussão são um passo importante para o país voltar a crescer de modo sustentado, diz Benedito Braga, diretor presidente da Sabesp. "Elas poderão trazer estabilidade para as contas públicas e segurança, abrindo a possibilidade de novos investimentos." Sua avaliação coincide com a de Flavio Silva, presidente da Atlas Schindler, que defende o avanço de reformas que melhorem o ambiente de negócios como estímulo ao crescimento: "Estou otimista, pois com a reforma da Previdência encaminhada acredito que criamos as condições de contorno necessárias para agirmos em outras frentes, como a reforma tributária".

Existe, porém, uma questão de ritmo para os ajustes. A equipe econômica do governo tem falado das ações que são necessárias, como a redução dos gastos públicos, a realização das reformas, a abertura da economia e a redução do sistema tributário. "As ações que precisam ser tomadas já são conhecidas, a grande questão é quando elas serão realizadas. O quanto mais rápido ocorrer, mais cedo o país voltará a crescer de forma sustentável, que é o desejo de todos", afirma Heráclito Brito, presidente da Rede D'Or, escolhida como Empresa de Valor.

Uma vez que já se trabalha em uma agenda macroeconômica favorável à retomada, o país deve encaminhar outras medidas para garantir o crescimento de modo sustentado, diz Fernando Musa, presidente da Braskem. "É preciso agora um esforço para endereçar a reforma tributária e outras reformas importantes para termos um maior dinamismo na economia e destravar investimentos em infraestrutura que são cruciais para viabilizar esta nova fase de crescimento", diz.

Mauricio Harger, diretor-geral da CMPC no Brasil, defende também a ampliação da pauta: "Investir em medidas como desestatização, por meio de concessões, privatizações e parcerias público-privadas, para estimular a economia e atrair investimentos em infraestrutura de áreas como transporte hidroviário, energia e saneamento". Ele também enfatiza a importância da simplificação tributária e da modernização da legislação, para promover segurança jurídica e diminuir custos e burocracia.

O investimento em infraestrutura é central para a retomada, avalia Eduardo Augusto Ayroza Galvão Ribeiro, presidente da CBMM. "A infraestrutura gera emprego e é o que o Brasil está precisando. Dentro de infraestrutura, temos o setor de saneamento, que é fundamental para a saúde. Depois disso, fica faltando só educação."

Pensando no longo prazo, investimentos em educação devem ser prioridade, afirma Lucinaldo Jerônimo Ângelo, diretor geral da Baterias Moura. "A reforma da Previdência já foi aprovada, acho que vai ser bom para o país, e temos a reforma fiscal também, que pode ser boa. Mas importante mesmo é a reforma da educação."

Os executivos consideram fundamental ter um quadro claro e estável para a retomada dos investimentos. Especialmente nas áreas ligadas à infraestrutura. "Em um setor regulado, como o de transmissão de energia elétrica, quaisquer

reformas que possam gerar mais estabilidade e previsibilidade são importantes. Tudo o que o governo empreender nesse sentido pode contribuir para o crescimento sustentado", diz César Ramirez, presidente interino da ISA Cteep.

O presidente da Copersucar, uma das maiores comercializadoras de açúcar e etanol do mundo, João Roberto Teixeira, avalia que "a sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas" é um dos fatores que deve levar o Brasil a crescer de forma sustentada. Ele defende também que o segundo fator de crescimento e de geração de empregos deve ser um "amplo programa de concessões nos setores de infraestrutura".

Stephane Dezaunay, presidente da PGS do Brasil, afirma que, no setor de óleo e gás, "o Brasil precisa manter a previsibilidade no negócio: estabilidade na questão tributária, manter os calendários de rodadas do ANP que prevê previsibilidade de até três anos. Assim as empresas podem montar plano de negócio no futuro com estabilidade".

Além das reformas estruturais, o Brasil precisa ampliar a oferta de crédito e retomar a geração de emprego, afirma Ricardo Cons, presidente da Electrolux. "No nosso setor, a retomada de oferta de crédito é essencial." Para ele, a recuperação do mercado de construção civil também é fundamental. "Não só pela questão do déficit habitacional, mas pensando em oferta de emprego. O importante para o otimismo é a retomada de emprego."

Embora em um ritmo mais lento que o desejado, é possível identificar avanços na economia. Eduardo Parente, presidente da Yduqs, antiga Estácio Participações, vê passos relevantes dados nos últimos anos para viabilizar uma trajetória de crescimento sustentado. "Esse é um processo que não traz resultados imediatos", ressalta o executivo. "O cenário com inflação baixa e juros em queda dá confiança numa retomada."

Colaboraram: Beth Koike, Camila Maia, Camila Souza Ramos, Chiara Quintão, Juliana Schincariol, Rodrigo Carro, Sergio Ruck Bueno, Stella Fontes, Tais Mayumi Alves Hirata

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale e Ferrous

Por determinação da juíza Diana Wanderlei, da 5ª Vara Cível de Brasília, a Vale deve apresentar hoje sua estrutura de compliance ambiental - um requisito para a validação judicial da aquisição, pela mineradora, da Ferrous Resources Limited, aprovada no início de julho pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A decisão da magistrada atende parcialmente a pedido da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS). A parlamentar alegou que a aquisição da Ferrous só pode ser concretizada se a Vale comprovar que pagou indenizações às vítimas de acidentes com barragens e tomou outras providências sociais, como ações de reparação ambiental e de reconstrução das cidades afetadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Gleise de Castro | Para o Valor, de São Paulo

Título: Resposta rápida

A indústria brasileira de aço enfrenta um cenário duplamente adverso, com impactos da estagnação econômica interna e de uma conjuntura internacional desfavorável. A retomada econômica esperada para o primeiro semestre não veio, levando a uma queda de 4,3% na produção, de janeiro a julho, em relação a mesmo período de 2018, para 19,7 milhões de toneladas, de acordo com o Instituto Aço Brasil. As vendas internas caíram 0,5%, atingindo 10,7 milhões de toneladas, e o consumo aparente nacional ficou em 12,1 milhões de toneladas, 1,5% abaixo do registrado nos primeiros sete meses de 2018. Já as exportações recuaram 1,8%, somando 7,7 milhões de toneladas, e as importações diminuíram 1,6%, para 1,5 milhão de toneladas.

No mercado externo, a maior pressão vem do excesso de capacidade de produção, um total de 395 milhões de toneladas, a maior parte concentrada na China, levando a uma escalada protecionista. O cenário internacional é agravado ainda pela guerra comercial entre EUA e China, recrudescimento da crise na Argentina e pelos recentes sinais de uma possível recessão econômica global. Essas questões estão entre os temas debatidos durante o 30º Congresso Aço Brasil, que termina hoje, em Brasília.

As expectativas são de que haja reação moderada no mercado interno no segundo semestre e de que o setor encerre o ano com números melhores. Conforme projeções do Aço Brasil, o consumo aparente deve aumentar 2,1% no ano, atingindo 21,6 milhões de toneladas. A produção deve ficar estável, com alta de 0,4%, para 35,6 milhões de toneladas. As exportações devem cair 7,3%,

em função das dificuldades externas e da perda de competitividade das empresas, decorrente principalmente, segundo o Aço Brasil, da cumulatividade dos impostos nas vendas externas.

As perspectivas do setor apontam uma reativação mais consistente, a ser sentida a partir de 2020, à medida que a aprovação das reformas da Previdência e tributária, em conjunto com medidas como privatizações e concessões, resultem em um ambiente mais favorável à retomada econômica. "Há um conjunto de coisas acontecendo, como as reformas, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o novo mercado de gás, criando os alicerces para uma retomada mais vigorosa da economia a partir de 2020", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Aço Brasil.

Esses resultados, porém, devem ocorrer a médio e longo prazos. Trabalhando com 67% da capacidade instalada, a siderurgia considera também necessários estímulos de curto prazo para ativar a exportação. O principal mecanismo pleiteado é a recuperação do Reintegra, programa que prevê a devolução de resíduo tributário existente na cadeia de produtos exportados, de até 3% da receita de exportação, que hoje está em 0,1%. O objetivo é tornar as exportações mais competitivas, minorando o impacto do custo Brasil, em que entram fatores como excesso de impostos, juros altos e infraestrutura deficiente. "A volta do Reintegra é vital para compensar em parte a cumulatividade de impostos na exportação, tanto para o aço como para os demais setores industriais", diz Lopes.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o Reintegra tem impacto rápido e gera emprego, não só na aciaria, mas em toda a cadeia. Para cada R\$ 1 bilhão exportados em manufaturados, segundo ele, são gerados 50 mil empregos diretos e indiretos. "O interesse da indústria hoje é exportar o máximo que puder, pois não temos como recorrer ao mercado interno", afirma.

O mecanismo está entre os temas tratados pela Coalizão Indústria, reunião de representantes de 11 setores industriais, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para reativação da indústria brasileira. José Velloso, presidente executivo da Abimaq e representante da Coalizão, cita também a necessidade de financiamento à exportação e seguro de crédito, para estimular as vendas externas das indústrias como um todo. Outra proposta, com efeito de médio a longo prazo, é a retomada de milhares de obras públicas paradas no país. "Com isso, se poderiam destravar outros setores, porque além de demandar bastante mão de obra, a construção civil demanda bastante insumos, como aço, cimento, máquinas e equipamentos."

Elaborada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a proposta aponta 4.738 obras paralisadas no Brasil, por motivos que vão da falta de pagamento à má qualidade do projeto. Grande parte são obras de menor porte, como creches e unidades básicas de saúde. A ideia é retomá-las rapidamente com soluções como a utilização de recursos do FGTS. "Propomos uma série de medidas sem ônus algum para o Tesouro, que podem reativar a economia e gerar 500 mil empregos diretos", diz José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Sergio Leite, presidente da Usiminas, destaca a retomada do crescimento econômico como principal ponto da agenda levada ao governo pela indústria, com foco em três aspectos: recuperação do investimento em infraestrutura e na construção civil e apoio à exportação, além de apoio às reformas. "O Brasil está pronto para decolar dentro dos próximos 12 meses, ao ritmo de 2,5% anuais de crescimento."

"O Brasil está em uma situação macroeconômica relativamente estável, com inflação e juros baixos, favorável a uma boa partida", diz Claudio Bastos, presidente da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). A questão, afirma, é como disparar esse crescimento. "O que falta é confiança de que a agenda do governo vai ser realmente implementada, para os empresários voltarem a investir."

Por não fabricar produto acabado e sim placas de aço, destinadas à própria indústria siderúrgica, a CSP está conseguindo operar com capacidade total. Instalada na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE-CE), a CSP obtém 80% da receita com vendas externas e está tendo dificuldades com as cotas impostas pelos EUA. A saída tem sido entrar indiretamente no mercado americano, vendendo a preços mais baixos para siderúrgicas mexicanas ou canadenses, que não estão sujeitas às cotas e vendem, depois, o produto acabado aos EUA.

"Temos de negociar com os Estados Unidos, até porque temos uma grande complementaridade com a indústria americana", afirma Bastos.

Já a Gerdau tem aproveitado o cenário de estagnação da economia para se preparar para um novo ciclo de crescimento. "A agenda de reformas e medidas de estímulo à economia deve criar um cenário favorável à recuperação dos mercados de construção civil e indústria", prevê Gustavo Werneck, CEO da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2019****Seção: Suplemento - Aço****Autor: Gleise de Castro | De São Paulo****Título: Cenário de algo grau de incerteza atrasa a retomada**

Menos otimistas do que o próprio setor siderúrgico, analistas que acompanham a indústria do aço apontam o alto grau de incertezas sobre o cenário interno como principal dificuldade para a retomada da economia e, por consequência, do mercado siderúrgico. No lado externo, as turbulências são agravadas pelo risco de um novo ciclo recessivo global, aprofundamento da crise argentina e escalonamento da guerra comercial entre EUA e China. As consequências desses fatores seriam queda acentuada de preços, maiores reações protecionistas e impacto nas vendas brasileiras para a Argentina, terceiro maior comprador de produtos brasileiros. Entre janeiro e julho, as vendas para o mercado argentino caíram 40%, reduzindo de 7,32% para 4,6% sua participação no total das vendas brasileiras.

O excesso de capacidade global de produção de aço é outro problema. Para André Gerdaup Johannpeter, chairman da World Steel Association (Worldsteel), por ser uma questão global, requer soluções também globais. A Worldsteel propôs ao Fórum Global sobre Excesso de Capacidade do Aço que os governos promovam uma reestruturação do setor. "As abordagens devem garantir a sobrevivência dos produtores mais aptos, enquanto os ineficientes não devem ser subsidiados para permanecer em operação", afirma.

Fornecedora de matéria-prima para construção civil, indústria automotiva, máquinas e equipamentos e utilidades domésticas, entre outros setores, a siderurgia é muito sensível às oscilações da economia. Por esse motivo, para Gustavo Allevato, analista do Santander, é possível que as previsões de crescimento do PIB para 2019 (em torno de 0,8%) e 2020 (entre 1,8% e 2%, conforme o boletim Focus, do Banco Central) não sejam suficientes para justificar uma maior ocupação da capacidade instalada. "O setor depende ainda de grandes projetos para uma retomada consistente e duradoura", diz.

Para Felipe Beraldi, economista da Tendências Consultoria, o impasse criado pelas negociações da reforma da Previdência atrapalhou a recuperação esperada para 2019. O economista é mais otimista com as expectativas para 2020. Mas com ressalvas. "A queda foi tão grande que vai demorar para voltarmos aos padrões pré-crise."

Sergio Menezes, sócio de transações corporativas da EY, acredita que a melhora do cenário interno pode começar já em 2020, em decorrência das reformas da

Previdência e tributária, privatizações e concessões futuras, obras de infraestrutura e algumas medidas microeconômicas, como a liberação de recursos do FGTS. "Esse conjunto de medidas talvez demore seis meses para começar a dar resultados", prevê.

Já José Augusto de Castro, presidente da AEB, antevê que o ano da virada será 2021. "Até lá, as reformas já estarão aprovadas e implementadas e começaríamos nova vida no mercado interno e externo", afirma. Castro defende a eliminação dos obstáculos do custo Brasil para aumentar a participação do Brasil no comércio internacional, hoje de apenas 1,1%. "O Brasil não faz parte das cadeias globais de valor porque não tem preço competitivo", afirma. Para isso, precisa fazer o dever de casa, como prevê o governo. Quanto mais demorar, diz o especialista, mais difícil será entrar e enfrentar as dificuldades crescentes do mercado internacional.

Na opinião de Paulo Vicente dos Santos Alves, professor de estratégia da Fundação Dom Cabral, o governo está indo na direção certa, mas em ritmo ainda muito lento. Para ele, é preciso maior celeridade na adoção das medidas macroeconômicas. "Se o Brasil conseguir concluir reformas razoavelmente boas e começar a crescer, o dinheiro que está amargando recessão lá fora pode vir para cá", afirma. Para Monica Romero, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as expectativas de recuperação da economia e do setor siderúrgico são muito boas, em função das grandes obras previstas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Felipe Datt | Para o Valor, de São Paulo

Título: Escalada protecionista traz turbulências ao mercado

A indústria siderúrgica global vive momentos de turbulência. Convivendo com um enorme excedente de capacidade instalada, o setor se depara com acusações de práticas desleais de comércio que fomentaram uma escalada do protecionismo em importantes mercados, como a imposição de altas tarifas de importação no âmbito da Seção 232 nos EUA e a aplicação de salvaguardas pela União Europeia. A perspectiva de desaceleração da economia internacional a partir de 2020 e as dúvidas sobre o ritmo de crescimento da atividade chinesa também tornam nebulosos os rumos do comércio internacional nos próximos anos.

Principal tema dos debates entre países produtores e exportadores em anos recentes, o excedente de capacidade instalada teve uma redução expressiva nos últimos dois anos. Dados da World Steel Association (Worldsteel) e da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) compilados pelo Instituto Aço Brasil mostram que o excedente passou de 545 milhões de toneladas (2017) para 395 milhões de toneladas (2018), queda de 27%. Mas o problema está longe de ser resolvido.

Em 2018, a produção global de aço bruto avançou 4,6% sobre 2017, para 1,8 bilhão de toneladas, e a capacidade instalada se manteve praticamente inalterada. Em suma, não houve agravamento do quadro de excesso de oferta porque a demanda global - sobretudo a chinesa - respondeu positivamente. Mas o principal gatilho dessa redução de excedente foi o enrijecimento das políticas do governo chinês para cortar capacidades ineficientes.

"A China fez o dever de casa e reduziu de forma expressiva o excesso de capacidade com o fechamento de plantas obsoletas que tiraram milhões de toneladas do mercado", explica o CEO da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho. Pesou a pressão internacional dos principais produtores no âmbito da OCDE e do próprio endurecimento de regras do governo local para reduzir a poluição do ar. Com as medidas, a China, que responde por pouco menos da metade do excedente global, enxugou o excedente de 280 milhões para 154 milhões de toneladas.

Os números são encarados com cautela. Isso porque estimativas do Comitê do Aço da OCDE indicam que a siderurgia global poderá adicionar 100 milhões de toneladas nos próximos três anos com novas usinas em mercados como EUA, Oriente Médio, China e Japão. A guerra comercial entre Washington e Pequim tende a agravar a situação do excedente de capacidade, ao aumentar os temores de uma desaceleração - ou até mesmo uma recessão - da economia internacional nos próximos anos, reduzindo a demanda pelo insumo.

Projeções da Worldsteel indicam que, após alta de 2,1% em 2018, a demanda global de aço deverá crescer 1,3% em 2019 e 1% em 2020. Excesso de capacidade, menor demanda e economia global em desaceleração resultam no aumento da escalada protecionista. "As tensões comerciais têm o potencial de afetar duramente a economia global e, consequentemente, um setor pró-cíclico como o siderúrgico", diz o analista da Tendências, Felipe Beraldi.

As medidas protecionistas tiveram início, lembra o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, com a publicação, no início de 2018, da Seção 232 pela administração Donald Trump, que, sob a alegação de "defesa da segurança nacional", impôs tarifas de importação de 25% para o aço e fez vítimas no mundo inteiro. Ao implantar de forma "truculenta" a 232, os EUA impuseram pesadas barreiras de ingresso do aço internacional no mercado americano e fomentaram reações mundo afora.

"Hoje o mundo inteiro está conturbado e a única área vulnerável e sem proteções tarifárias é a América Latina", diz Mello. Como resposta, a União Europeia anunciou medidas de salvaguardas definitivas às importações de aço em fevereiro de 2019. "O setor de aço é um dos que mais sofre medidas de defesa comercial e isso tem ocorrido também em países em desenvolvimento", diz Welber Barral, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As restrições tarifárias para importações de aço impostas pelos EUA inflaram preços do insumo e incentivaram usinas produtoras locais a aumentarem ou retomarem a produção, lembra Baptista, da ArcelorMittal Brasil. "Companhias com usinas fechadas no passado por falta de competitividade trouxeram capacidade de volta. Há projetos em implantação de novas plantas nos EUA de mais de 10 milhões de toneladas com base em sucata", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Felipe Datt | De São Paulo

Título: Acordo com os europeus favorece importações

Anunciado no fim de junho, depois de mais de 20 anos de negociações, o acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia (UE) poderá gerar ganhos de quase US\$ 100 bilhões para as exportações brasileiras ao bloco europeu até 2035, nas projeções do Ministério da Economia. A expectativa é que o acordo entre em vigor em três anos e as tarifas de importação de diversos segmentos sejam reduzidas - ou eliminadas - gradativamente a partir de então. A indústria siderúrgica brasileira, entretanto, não vê ganhos com o acordo.

"Embora seja um grande passo para o Brasil ter um comércio internacional mais significativo, o acordo não traz qualquer ganho para a indústria siderúrgica brasileira. As alíquotas de importação da UE para o aço foram praticamente zeradas desde 2006", avalia o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. Na média, as tarifas de importação para o aço brasileiro no mercado europeu são de 4%. A UE é o terceiro maior mercado da indústria siderúrgica brasileira. Em 2018, segundo dados do instituto, as exportações para o bloco somaram 2,1 milhões de toneladas.

A crítica do setor é que a redução de tarifas de importação tenderia a favorecer um aumento dos embarques europeus para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. "Atualmente, a Tarifa Externa Comum (TEC) média aplicada pelos países do Mercosul às importações de aço é de 12%", explica o advogado Marcos Malvar, do Levy & Salomão Advogados. O impacto de uma eventual

redução das tarifas tende, em uma primeira análise, a ser pequeno, haja vista que o Brasil importou apenas 561 mil toneladas de produtos siderúrgicos do bloco europeu em 2018, conforme o Aço Brasil.

O presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho, também não enxerga benefícios para o Brasil. A principal preocupação, defende ele, deve ser o estabelecimento de uma regra "muito bem-definida" de origem dos produtos. "A regra de vazamento local precisa ser preservada. Do contrário, teremos aço europeu que foi vazado na Rússia ou na Ucrânia."

Conforme Mello Lopes, para o Brasil ter benefícios com essa abertura comercial, é necessário que "assimetrias competitivas" sejam resolvidas, citando custos tributários elevados e infraestrutura deficitária que encarecem a logística dos produtores nacionais. "Reduzir a alíquota de importação significa também que a indústria brasileira do aço perde a preferência em relação ao Mercosul", diz.

Para o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Welber Barral, embora o acordo seja pouco atrativo para a siderurgia brasileira, há boas oportunidades a serem capturadas. "Se o Brasil aumentar a competitividade, poderá se tornar um exportador privilegiado para o mercado europeu e concorrer diretamente com a Turquia, grande fornecedor para a Europa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Produção da China deve avançar mais lentamente

O ritmo de crescimento da indústria siderúrgica chinesa deverá ser mais lento nos próximos anos, mas a bússola do mercado mundial continuará com o país asiático. Em junho, a produção mundial de aço atingiu cerca de 160 milhões de toneladas, sendo que a China respondeu por mais da metade, 88 milhões de toneladas, com aumento de cerca de 10% sobre a de junho de 2018. O país asiático tem cerca de 20% das exportações mundiais do produto, embarcando aço para 200 países.

Em 2000, um ano antes de o país asiático ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China produzia pouco mais de 125 milhões de toneladas de aço, menos que a Europa e quase o mesmo patamar dos EUA. Uma década e meia depois, os chineses produzem cerca de 900 milhões de toneladas. Esse ritmo de expansão deve ser mais lento, mas ainda será considerável. "Não resta dúvidas que a taxa de crescimento da demanda chinesa será menos intensa do

que no passado. Acho que a principal discussão envolve quando o consumo chinês começará a regredir e com qual velocidade", afirma Germano Mendes de Paula, professor titular da Universidade Federal de Uberlândia. Ele destaca que entre 2015 e 2016 a indústria chinesa começou a reduzir seu crescimento, mas voltou a expandir a demanda em 2017 e 2018 e o resultado deste ano também tende a ser positivo.

"Em 2019, o ritmo de produção siderúrgica chinesa tem superado as previsões de crescimento", aponta Mendes de Paula. Esse acréscimo se origina principalmente dos produtores que não fazem parte da China Iron and Steel Association (CISA). De acordo com informações da publicação Mysteel, no primeiro semestre de 2019, a produção siderúrgica chinesa aumentou 9,9% frente ao mesmo período do ano anterior. Os associados da CISA expandiram 5,6%, enquanto os não-associados cresceram 24,1%. "Este movimento resultou em excesso de produção, o que explica porque, embora as receitas das associadas da CISA tenham se expandido em 10,9%, seus lucros reduziram em 30,7%. Queda de lucro é um péssimo sinal para quem precisa competir com o aço chinês", observa o professor.

Na sua avaliação, o desempenho energético e ambiental da siderurgia chinesa depende mais do que está sendo fechado do que de novos empreendimentos. Cabe ressaltar que a China fechou, em 2017, uma capacidade acumulada de 140 milhões de toneladas de fornos de indução, de usinas que não haviam sido licenciadas e, por esta razão, nem constavam nas estatísticas oficiais. O governo diz que outras 150 milhões de toneladas relativas a usinas legalizadas foram também desativadas no triênio 2016-2018. "Estes fechamentos contribuíram para melhorar o desempenho energético e ambiental da siderurgia chinesa, mesmo que isto não tenha sido totalmente capturado pelos indicadores, pois as usinas que funcionavam ilegalmente não eram consideradas anteriormente nesses indicadores", diz Mendes de Paula.

Ele ressalta que o número de usinas siderúrgicas chinesas é muito grande, o que dificulta uma análise dos indicadores energéticos e ambientais. "A cada cinco anos, em função do novo plano quinquenal, são divulgados o desempenho passado bem como as metas para o próximo período. De todo modo, a todo momento, tem alguma província ou municipalidade que estabelece metas mais restritivas, mesmo que temporárias, para a produção siderúrgica, o que pode ser compreendido como indício de que ainda há muito o que fazer nesta área", destaca.

A participação chinesa na indústria mundial tem impacto sobre o Brasil e a América Latina. Mendes de Paula chama a atenção para um dado elaborado pela Associação Latino-Americana do Aço que não tem tido destaque: o consumo indireto de aço, ou seja, o aço contido em produtos finais, como

automóveis, equipamentos, navios. "As exportações chinesas indiretas de aço para a AL subiram de US\$ 40,7 bilhões em 2017 para US\$ 47,5 bilhões em 2018."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: América Latina enfrenta concorrência crescente

O ano começou com otimismo na indústria siderúrgica latino-americana. Gradualmente, o sentimento foi substituído pela incerteza. A guerra comercial entre EUA e China é a principal razão do temor. Com uma produção de baixo custo e a necessidade de procurar mercado para seu aço, a China poderá avançar ainda mais sobre as produtoras de aço instaladas da Argentina ao México. Em 2018, 32% do consumo aparente foi abastecido por importações, das quais 34% vieram da China. Neste ano, as compras externas já respondem por 37% do aço consumido na região, sendo que a fatia do país asiático permanece em 34%.

"Em laminados, a América Latina é o segundo maior mercado externo para a China, atrás apenas da Coreia do Sul", afirma Francisco Leal, diretor-geral da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), entidade que reúne as siderúrgicas da região. Em paralelo à concorrência chinesa, a economia na América Latina e no Caribe está em desaceleração. O PIB real deverá crescer 0,6% em 2019, a taxa mais baixa desde 2016 e abaixo dos 1,4% previstos inicialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2020, poderá crescer 2,3%, taxa que pode ser revista para baixo diante das incertezas.

A ameaça chinesa vem também de outra frente. Nos últimos cinco anos, a Operação Lava-Jato mudou o mercado de infraestrutura no Brasil. As grandes construtoras brasileiras, que tinham na América Latina outro grande mercado, estão em situação frágil. A perda de poder pode gerar impactos além do Brasil. Segundo estudo da LCA Consultores, na América Latina, o Brasil é vice-líder na exportação de serviços de engenharia, com 18% de participação, atrás apenas da Espanha, com 30%. O percentual poderá cair, enquanto a China cersce. Isso ocorre diante de um cenário de expansão de projetos de energia no Brasil e em outros países, como Colômbia.

A América Latina teve uma produção de 5 milhões de toneladas de aço bruto em junho, 8% menor que a registrada no mesmo período de 2018. Para o acumulado de 2019, foram produzidos 31,3 milhões de toneladas, 4% menos que no período de janeiro-junho de 2018, quando atingiu 27,1 milhões de

toneladas. Um déficit menor comparado ao acumulado dos primeiros cinco meses, que apresentou queda de 5%, sendo que em junho foi 4% menor que a média de janeiro a maio. No ano, o Brasil é o principal produtor de aço, com 17,2 milhões de toneladas, seguido pelo México, com 9,5 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Roseli Loturco | Para o Valor, de São Paulo

Título: Setor de óleo e gás deve ganhar participação

Caso aprovado, o projeto de lei 9.830 pode tornar a cadeia de petróleo e gás um dos mais relevantes consumidores de aço do país.

O PL, apresentado no ano passado e que está sendo reeditado na nova legislatura da Câmara dos Deputados, estabelece política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, aplicável ao regime de concessão.

Apesar de ainda não ter alcançado de maneira homogênea todos os níveis da cadeia de valor, a política de conteúdo local, na visão de agentes e analistas do setor, pode ser responsável no longo prazo pelo desenvolvimento de diversos segmentos industriais e pela atração de vultuosos investimentos no Brasil em instalações industriais, como estaleiros e, principalmente, em centros tecnológicos das principais empresas siderúrgicas nacionais e transnacionais.

Hoje a participação da siderurgia no segmento de petróleo e gás é considerada irrelevante, mas a indústria diz que se capacitou para fornecer ao setor, com base nas políticas de governos anteriores que não foram efetivamente aplicadas, devido a mudanças de gestão e aos escândalos envolvendo a Petrobras. "Estamos defendendo o que é factível. Em termos de conteúdo local, o PL 9830, fala em participação de conteúdo local nas plataformas em torno de 35% e 40%, o que seria razoável para ser implementado pela siderurgia local", afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil.

O executivo lembra que países que adotaram política de conteúdo local desenvolveram o conjunto de sua cadeia produtiva e tecnológica impactando positivamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de suas populações. "Países como Canadá, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido, que adotaram essas políticas, estão mais bem classificados no ranking do IDH global, enquanto Angola, Nigéria e Líbia, estão entre os piores", exemplifica, Mello Lopes.

A indústria identifica uma infinidade de aplicações de seus produtos - especialmente de chapa grossa, aços longos e tubos - na construção das plataformas de exploração de petróleo e gás e nas tubulações de transportes e navios.

"Essa ação do governo para reduzir o preço do gás, por exemplo, vai demandar investimentos para aumentar a oferta do produto. A nova regulamentação para o setor indica isso. Acreditamos que esta política vai gerar possibilidade grande de nova demanda para o aço", defende Eduardo Zanotti, vice-presidente comercial de aços planos da América do Sul da ArcelorMittal.

Hoje, o setor de petróleo e gás representa entre 3% e 5% da produção da siderúrgica no Brasil. Mas a Arcelor acredita que o potencial de crescimento futuro é enorme com a aprovação da lei de conteúdo local, o que deve alavancar outros segmentos também. "Nós estamos preparados. Temos capacidade. Se estou exportando 60% da produção do país, tenho grande capacidade e qualidade para atender o mercado local, garante Zanotti.

O executivo diz acompanhar as exigências de segurança nos setores de óleo e gás com atenção. "Essas questões estão na agenda e estamos prontos para atender com nossas placas e bobinas quentes", afirma.

Para os especialistas, a cadeia de petróleo e gás pode ser protagonista da volta de crescimento na siderurgia nacional se essas políticas forem aprovadas junto com a descentralização de exploração e comercialização de seus produtos. "A transformação da cadeia de óleo e gás é importante e deve trazer mais volume de investimento com geração de demanda maior do aço. E isso aliado ao crescimento das outras grandes indústrias, tende a ser relevante. Óleo e gás podem obter maior representatividade", avalia Adeodato Volpi Netto, estrategista-chefe da Eleven Financial. "Especialmente com a postura de descentralização e privatização dentro desta indústria e com a quebra do monopólio do refino, a partir da renovação da demanda por investimentos", diz.

Já na visão do analista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Pedro Galdi, a partir do ano que vem melhora o cenário para a atividade de gás e, um pouco mais ao longo prazo, também para o mercado de petróleo no país. "Com o petróleo será mais lento porque a Petrobras terá primeiro que vender parte de seus ativos e depois farão investimentos no pré-sal. Isso deve levar de cinco a dez anos. E, com a indústria naval retomando os investimentos, este motor ficará grande", conclui Galdi.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 21/08/2019**Seção:** Suplemento - Aço**Autor:****Título:** Curta

Mercado livre de gás

Espírito Santo e Rio de Janeiro trabalham em regulações para incentivar o mercado livre de gás, o que pode criar oportunidades para as siderúrgicas instaladas nos dois Estados. E isso já movimenta o setor: a Gerdau obteve esta semana autorização para se tornar carregadora de gás, passo necessário para compra do insumo e assinatura dos contratos de transporte - por exemplo, na chamada pública para contratação da capacidade de 18 milhões de m³/dia do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 21/08/2019**Seção:** Suplemento - Aço**Autor:** Ana Lúcia Moura Fé | Para o Valor, de São Paulo**Título:** Manutenção inteligente reduz parada nas fábricas

Investir em novas tecnologias e na convergência entre os mundos da automação e da TI é o caminho para garantir competitividade no mercado do aço. Segundo Flávio Alves, líder para as indústrias de siderurgia, mineração e recursos naturais da Accenture, as siderúrgicas locais já entendem que essa jornada reduz custos e impactos ambientais e aumenta a excelência operacional e a segurança de pessoas e máquinas, além de melhorar a experiência de clientes e fornecedores.

Tanto que têm crescido no setor as provas de conceito e os projetos em grande escala baseados em inteligência artificial, analytics, drones, realidades virtual e aumentada, impressão 3D e robótica, entre outras tecnologias emergentes. E essas iniciativas tendem a ganhar ainda mais impulso com eventual recuperação da economia, diz Alves. "As siderúrgicas estão cada vez mais bem estruturadas para superar desafios típicos, como falta de estratégia digital clara e dificuldade de obter patrocínio da alta administração."

Mas elas devem apressar o passo, sugere o especialista. Estudo global da consultoria revela que quem investe desde já na indústria 4.0 tende a ter, em dez anos, Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) duas vezes maior que o de empresas que não fizeram esse investimento. O

valor a ser capturado pelas iniciativas de transformação digital na siderurgia e mineração é da ordem de US\$ 425 bilhões no horizonte de 2015 a 2025, o equivalente a 3% a 4% da receita dessas empresas no período, diz a Accenture.

Os benefícios atingem os mais variados processos industriais. Um exemplo é a manutenção preditiva, que combina analytics com inteligência artificial e reduz entre 4% a 10% as paradas de planta por defeitos de equipamentos. Dados da consultoria também mostram queda expressiva nas taxas de acidentes nas siderúrgicas com inovações como, por exemplo, uso de drones em serviços de inspeção.

A Ternium é uma das que experimentam melhorias significativas em segurança - queda de 60% na taxa de acidentes nos últimos quatro anos - decorrentes de um conjunto de iniciativas que incluem uso de drones para monitorar processos e câmeras equipadas com inteligência artificial que emitem alertas quando profissionais trafegam por caminhos inseguros. A siderúrgica também investiu R\$ 24 milhões em quatro robôs que substituem humanos em tarefas arriscadas na aciaria, como a medição de temperatura do aço líquido, que supera 1.500º C no distribuidor. "Somos a primeira siderúrgica do mundo com esse processo 100% automatizado", diz o diretor de operações da Ternium, Titus Schaar. Outras inovações incluem uso, nos limites do parque industrial, de veículos autônomos com capacidade de transportar, cada um, 400 toneladas de aço, e colocação de boa parte dos mais de 50 mil sensores espalhados no parque em nuvem que une as plantas do Brasil, México e Argentina. Apesar da crise, a Ternium manteve os níveis de investimento na indústria 4.0: cerca de R\$ 55 milhões por ano.

Na visão de Lothar Birkhäuser, diretor industrial de tecnologia da Vallourec, os investimentos em automação nos últimos anos foram mais modestos em comparação com o início da década e mais voltados à automação tradicional, como o computador industrial PLC (controlador lógico programável). Na Vallourec, entretanto, o foco está no desenvolvimento de tecnologias como robótica, visão computacional, nuvem, ciência de dados e impressão 3D, que já trazem ganhos reais para o negócio, diz o diretor. Ele avalia que a crise tornou mais comum o modelo de negócio 'as a service', que mobiliza menos ativos e dinamiza o mercado. "Startups agora disputam espaço com fornecedores gigantes, como Siemens, Rockwell e GE ", afirma.

Flávio Almeida, gerente geral de automação da ArcelorMittal Tubarão, destaca que desde 2012 as áreas de TI e automação da unidade estão integradas em modelo único de governança, movimento de antecipação à indústria 4.0 que ainda não chegou à maioria das indústrias de manufatura pesada, em sua visão. "Isso acelerou a adoção sustentável de novas tecnologias e nos tornou

benchmarking no grupo no atendimento a requisitos de segurança da informação."

Entre as muitas iniciativas, ele destaca uso de impressão 3D para moldes de fundição em substituição ao modelo tradicional de madeira, adoção de drones na inspeção de estruturas metálicas e uso internet das coisas no monitoramento de locomotivas que circulam em área de mais de 70 quilômetros. "Tudo agora é feito remotamente a partir de cockpit único." Com mais de 180 iniciativas no portfólio digital, a siderúrgica planeja inaugurar seu laboratório digital em outubro próximo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Ana Lúcia Moura Fé | De São Paulo

Título: Companhias precisam fortalecer estratégias de segurança digital

Há cerca de cinco anos, hackers infiltraram-se no sistema de gerenciamento de produção de uma siderúrgica alemã, em um dos ataques virtuais mais conhecidos pelos danos causados à usina. À época, a agência federal alemã de segurança digital, BSI, informou que a porta de entrada para os criminosos foi um software de escritório da planta industrial. A partir daí, eles invadiram o sistema de gerenciamento e impediram que um alto-forno iniciasse suas configurações de segurança, danificando seriamente a infraestrutura.

A invasão foi categorizada como ameaça persistente avançada (APT, na sigla em inglês), situação em que o invasor infiltra-se no sistema e coleta dados por um período de tempo até encontrar fraqueza que permita ataque mais danoso.

Para muitos especialistas, a agressão marcou o início de uma nova era em que ataques a plantas industriais tornam-se mais frequentes, na trilha do avanço da internet das coisas (IoT) industrial e da convergência entre TI e tecnologia operacional, com esta última - que inclui sistemas que monitoram e controlam processos em linhas de produção - conectando-se cada vez mais a redes externas.

Trata-se de cenário que exige reforço na estratégia de cibersegurança, dizem eles. Estudo da Kaspersky aponta que, embora invistam na segurança da Tecnologia da Informação (TI), muitas indústrias deixam abertas portas para a tecnologia operacional. Com isso, elas se tornam alvos potenciais tanto de ataques complexos e direcionados quanto de ameaças mais básicas, como ransomware, uma modalidade de ataque em que o hacker bloqueia o acesso a sistemas liberando-os apenas mediante pagamento de resgate.

Rafael Venâncio, diretor de canais e alianças da F5 Networks, avalia que a siderurgia brasileira investe pouco em cibersegurança, em comparação com outros setores. "Essas empresas não têm cultura madura de segurança cibernética e de proteção de dados porque não estavam abertas à internet e nem acostumadas a ataques direcionados a suas aplicações, desde um sistema operacional Windows até sistemas específicos que controlam esteiras, sensores, robôs e outras máquinas", observa o diretor.

Tais sistemas, ele acrescenta, nem sequer precisam estar abertos à internet para sofrer invasões, uma vez que o criminoso pode chegar até eles via qualquer dispositivo IoT, como câmeras de vigilância, redes wi-fi, ar-condicionado e até portas eletrônicas. "Infectada a aplicação, o hacker não apenas consegue parar a produção como pode até mudar fórmulas usadas na produção do aço, só para dar um exemplo de risco", afirma.

Na Symantec, André Carraretto, estrategista em segurança, ressalta que a ausência de políticas rigorosas de cibersegurança possibilitam que até mesmo o uso de dispositivos USB banais resultem em grande dor de cabeça para a empresa.

Ele cita outro ataque famoso conhecido como Stuxnet, um vírus que em 2010 causou danos ao sistema de controle de centrífugas nucleares iranianas. O que se cogita no mundo de segurança é que o código malicioso (malware) chegou à máquina que controlava as centrífugas a partir de um pen drive.

"Dependendo do tipo de ação do malware, um ataque que interfere no controle de máquinas pesadas, como as usadas na siderurgia, pode resultar em acidentes fatais, além de prejuízos financeiros e danos à imagem da empresa", afirma o estrategista da Symantec.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Ana Luiza Mahlmeister | Para o Valor, de São Paulo

Título: Inteligência artificial alerta para ações preventivas

A operação ininterrupta na produção do aço exige altos níveis de automação para evitar paradas. Saber onde e como cada equipamento está operando alavancou projetos de internet das coisas (IoT) nas siderúrgicas para acompanhar os inúmeros processos industriais. Inteligência artificial e sistemas analíticos alimentam e correlacionam informações, interligando as áreas produtivas e comerciais.

Na CSN o Sistema Integrado de Inspeção de ativos usa "big data", IoT e aprendizado de máquina para analisar dados coletados nos sensores dos equipamentos, em inspeções de gases, vibrações, óleos e termografia. Essas informações geram relatórios gerenciais com alertas e recomendações para ações preditivas de manutenção, evitando a interrupção dos serviços, perdas na produção e compras desnecessárias.

"Usamos tecnologias com modelamento matemático, sistemas especialistas, redes neurais e aprendizado de máquina para aumentar a produtividade e reduzir custos na linha de produção", explica Felipe Spiri, cofundador da CSN Inova. Outro recurso é o uso de inteligência artificial (IA) para o monitoramento do alto forno e da aciaria obtendo diagnósticos e sugestões de ações corretivas baseadas em padrões operacionais.

Sistemas de monitoramento das operações na mina diminuem a exposição dos funcionários aos riscos inerentes ao processo. "As escavadeiras possuem sensores e GPS que geram informações de posicionamento e produtividade permitindo o rastreamento do material que está sendo carregado e para onde será destinado."

O uso de telemetria em caminhões fora da estrada permite que a CSN tome medidas mais assertivas de manutenção com base na análise do histórico e tendência das informações. Por meio de sensores de temperatura e pressão instalados dentro dos pneus dos caminhões e da correlação desses dados, é possível destinar os veículos a rotas com menor risco, diminuindo acidentes e a perda prematura dos pneus que podem custar cerca de R\$ 120 mil cada.

A manutenção também é prioridade nos investimentos da Usiminas que está adotando uma tecnologia de previsão de falhas na produção. Analisando a temperatura e vibração das máquinas, o sistema gera alertas de possíveis problemas. Sensores captam informações que são analisadas de forma on-line a partir de padrões de funcionamento, explica Éricka Gonçalves Menegaz, gerente corporativa de inovação da Usiminas.

Outra iniciativa em implantação é um sistema de controle do processo produtivo que define o momento ideal para tirar o produto do forno, evitando quebras e retrabalho. Um sistema de detecção de tendências e correlação de fatos na área de segurança do trabalho vai ajudar a Usiminas a entender comportamentos que podem levar a um acidente, ajudando na prevenção.

A IA também está presente no controle do desempenho de equipamentos nas diversas fábricas da Gerdau no país. Baseada em algoritmos, essa tecnologia permite antecipar possíveis falhas e reduzir custos de manutenção. "A estimativa é de um aumento de até 20% o ciclo de vida útil dos equipamentos",

afirma Gustavo França, chief information officer e chief digital officer da Gerdau. Esse sistema monitora cerca de 660 ativos da Gerdau no Brasil e na Argentina

Um dos gargalos na produção do aço é o custo do consumo do gás natural e de energia elétrica. Pensando em um novo modelo de operação, a CSN convidou startups para o desenvolvimento de um projeto que prevê o envio de dados por sensores para um sistema que analisa e correlaciona essas informações, evitando o desperdício de matéria prima.

A divisão de Operação de Negócio Aços Especiais da Gerdau desenvolveu um sistema que calcula, em segundos, a viabilidade das demandas por novos produtos em aços especiais usados na indústria automobilística. "Antes essa operação levava dez dias", aponta Gustavo França, chief information officer e chief digital officer da Gerdau. Para chegar a este resultado, algoritmos cruzam dezenas de consultas com mais de 40 variáveis técnicas e 8 mil referências armazenadas no banco de dados. Na área de movimentação interna de produtos, a empresa está colocando etiquetas inteligentes, que permitem leitura por radiofrequência, para rastrear pontes rolantes e empilhadeiras.

O sistema acompanha as movimentações desses equipamentos automatizando os processos de recebimento, gestão de estoques e carregamentos por meio de sensores e leitores de etiquetas. A Gerdau está investindo em diversas iniciativas de aprimoramento da gestão energética das plantas industriais e monitoramento de máquinas e equipamentos, destaca França.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Ana Luiza Mahlmeister | De São Paulo

Título: Áreas de inovação estimulam avanços

A CSN, Gerdau e Usiminas abriram áreas de inovação que supervisionam e incentivam os processos digitais. Criada em 2018, a CSN Inova, braço de inovação da Companhia Siderúrgica Nacional, tem sede em São Paulo (SP) e em Tel Aviv, Israel, atua no desenvolvimento de novos negócios e direciona investimentos.

A Usiminas abriu uma diretoria de inovação e a Gerdau, um escritório no Vale do Silício, na Califórnia (EUA), o Gerdau Silicon Valley Office, que busca soluções para aumentar a competitividade das operações. "Analisamos tendências e novas formas de trabalho para acelerar a modernização da indústria", destaca Gustavo França, chief information officer e chief digital officer da Gerdau.

Entre as iniciativas de transformação digital, uma das mais significativas diz respeito à transformação dos dados em informações relevantes com impacto na produção. As empresas reforçaram investimentos na coleta e tratamento dos dados de diversas fontes da cadeia produtiva, resultando em painéis de controle que permitem a tomada imediata de decisões, analisa Marcelo Miranda, CEO da Accede Automação Industrial.

Esse movimento, na Usiminas, resultou em banco de dados com informações comerciais em nuvem para que as divisões de vendas, RH, custos e produção façam análises independentemente da área de tecnologia. "Por meio de painéis é possível prever tendências e fazer gráficos para visualização de cenários, facilitando o fechamento mensal de custos", diz Éricka Menegaz, gerente corporativa de inovação da Usiminas.

Outro projeto usa aprendizado de máquina, um dos ramos da inteligência artificial, para definir padrões de comportamento de compras dos clientes facilitando a previsão de vendas. "Com um algoritmo é possível prever as encomendas, ajudando os gerentes a planejarem a produção", detalha.

A CSN investe em ferramentas para organizar e manter uma base consolidada de dados para entender a fundo as necessidades dos clientes, diz Felipe Steinbruch, cofundador da CSN Inova. Depois de compilar e organizar as informações, são aplicados sistemas analíticos para se antecipar à demanda de produtos.

Na Gerdau, sistema de "big data" reduziu em 42% o atraso de encomendas e aumentou em 18% os volumes entregues após o uso da plataforma em uma das usinas, diz França da Gerdau.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo

Título: Startups criadas para resolver problemas

Antes fechado a uma rede tradicional de fornecedores de serviços, o setor do aço está absorvendo mais inovações criadas por startups. "Houve uma maior abertura das indústrias a partir de 2014", diz Liann Rodrigues dos Santos, analista técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG). "Os negócios já nascem para solucionar os problemas dos grandes fabricantes." Para garantir um lugar ao sol neste mercado, os empreendedores também participam de concursos de soluções

promovidos pelo segmento, além de programas de aceleração e de geração de contratos.

Fundada há dois anos, a Peerdustry Manufatura Compartilhada opera como uma loja on-line de fabricação de peças sob demanda para fábricas, usinas de aço e mineradoras. "As grandes companhias estavam sem fornecedores de peças usinadas para o funcionamento das plantas", explica o fundador e CEO Bruno Diesel Gellert.

Na prática, a empresa recebe o desenho técnico ou a referência das peças, faz cotações com mais de 300 marcas que produzem os itens e, depois, entrega a encomenda ao cliente. "Digitalizamos todo o supply chain dos fornecedores de usinagem", resume. Com sede em São Paulo, tem dez funcionários e clientes como a multinacional francesa do setor de construção Saint-Gobain e a fabricante de rodas Maxion Wheels, além de distribuidoras e processadoras de aço.

Sem revelar o faturamento, Gellert afirma que a startup cresce mais de 10% ao mês, por conta da maior adoção do modelo nos clientes atuais e a chegada de novos contratos. Para ganhar competitividade e ficar mais conhecida no mercado, participa de iniciativas de aceleração e de geração de negócios, como o Liga AutoTech, voltado ao setor automotivo, e o Fiemg Lab 4.0, que garante acesso a mais de 15 mil associados da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

Na carioca OptimaTech, sediada na incubadora de empresas do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), o objetivo é desenvolver softwares para auxiliar a tomada de decisão nas áreas de operação e manutenção das indústrias. Comandada pelos sócios Thiago Feital, Rafael Soares e Maurício Câmara, opera desde 2015 e conquistou contas como a produtora de petróleo Repsol Sinopec do Brasil.

Este ano, foi aprovada na primeira etapa de uma chamada de inovação promovida pela produtora de aço Ternium, Sebrae e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A ideia é criar, junto com a equipe da fabricante, um sistema de monitoramento industrial. "O projeto está previsto para iniciar ainda em 2019", diz Feital. O edital público permite contratos de até R\$ 250 mil, pelo período de 12 meses, e abrange o desenvolvimento de softwares para etapas de produção como o alto-forno e a aciaria.

Além do edital da Ternium, a OptimaTech participou de sete processos seletivos de inovação e pesquisa nos últimos quatro anos. A lista inclui uma ação de inovação aberta da Vallourec, do setor siderúrgico, e um programa de apoio à inserção de pesquisadores nas empresas, da Fundação Carlos Chagas Filho de

Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj). "Queremos aperfeiçoar a solução atual e entrar em outros setores, como polímeros, bebidas e alimentos."

Com sede em Joinville (SC) e uma equipe de dez funcionários, a Termica Solutions também aposta na expansão, inclusive para outros países. "Até 2020 queremos ter a primeira implantação nos Estados Unidos", garante o CEO Cláudio Goldbach.

A empresa é um spin-off da Perfil Térmico, companhia brasileira do nicho de isolamento térmico industrial há 36 anos no mercado. É focada em soluções de internet das coisas (IoT), para permitir a conexão de equipamentos, como fornos, estufas e aquecedores, com operários e outras máquinas.

"Entre 2005 e 2012, fizemos vários projetos de engenharia em parceria com nossa 'empresa-mãe'", diz Goldbach. "Mas percebemos que o mercado precisava de melhores soluções para os seus problemas." Conquistou clientes na área do aço, como a Granaço e a Acearia Frederico Missner (AFM), além de companhias nos segmentos de vidro (Schott) e bebidas (Ambev). Um dos contratos mais recentes, com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), inclui o monitoramento de oito fornos, com relatórios semanais sobre desempenho, eficiência energética e produtividade das unidades.

A Termica faturou R\$ 1,5 milhão no ano passado e espera alcançar R\$ 2,5 milhões em 2019. Em março, se transferiu para o Ágora Tech Park, parque tecnológico privado que acaba de ser inaugurado em Joinville.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Jacilio Saraiva | De São Paulo

Título: Açolab e Agita articulam conexões

Programas de aceleração e de inovação de fabricantes e entidades ligadas ao empreendedorismo são as principais portas de entrada para empreendedores que querem fazer negócios no mercado do aço. Ações em andamento na ArcelorMittal e no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG) já envolveram mais de 500 startups, em um ano.

A ArcelorMittal criou o Açolab, um hub de inovação aberta para a cocriação de soluções. "É um laboratório de testes que realiza provas de conceito e validação em escala dos sistemas que serão usados nos negócios do grupo", explica Paula Maria Harraca, diretora de pessoas, comunicação, investimento social e inovação da ArcelorMittal Aços Longos Latam.

Em um ano de operação, o espaço estabeleceu conexões com cerca de 500 startups, das quais 27 estão diretamente envolvidas na cocriação de soluções. Dessa parcela, a maioria vem de São Paulo (41%) e Minas Gerais (35%) e pelo menos quatro sistemas são desenvolvidos especialmente para a cadeia do aço. Visam a redução do custo de produção, aumento de produtividade, corte de desperdícios e transformação de resíduos em itens de alto valor agregado.

Um dos projetos em andamento no Açolab é o Desafio dos Finos de Carvão Vegetal, que pretende recuperar resíduos no processo de produção do material. O projeto recebeu mais de 50 ideias de todo o Brasil e oito propostas foram selecionadas para uma fase final de desenvolvimento e testes, diz.

Em Minas Gerais, a Escola do Sebrae criou, em 2016, o programa de pré-aceleração de empresas Agita. Com três meses de duração, oferece capacitações e mentorias. A segunda edição do projeto foi realizada em 2017, em Ipatinga, no Vale do Aço, área conhecida por sediar grandes fornecedores. Contou com parcerias com a Vale, Usiminas e Cenibra. No ano passado, incluiu, além da capital, mais dez cidades mineiras. A expectativa é que até o fim de 2019, 150 pequenas companhias sejam impactadas, segundo Liann Rodrigues dos Santos, analista técnica do Sebrae-MG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Lívia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Sem BNDES, empresas buscam crédito privado

Mesmo diante de um cenário pouco animador, o mercado de crédito aposta no fôlego das grandes empresas do setor para tocar investimentos e financiar projetos. Com isso, ganham espaço instrumentos de mercado de capitais, como, principalmente, as debêntures. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), de 2013 até o momento, as emissões do setor siderúrgico somaram cerca de R\$ 5,8 bilhões, com sete operações de cinco empresas: Usiminas, Siderúrgica Norte Brasil, Votorantim Siderurgia, Gerdau e CSN.

Impulsionadas pelo segmento de mineração, siderúrgicas voltam a registrar lucro em seus balanços. Grandes empresas, que contam com unidades de mineração, são beneficiadas pelo aumento de preços do minério de ferro. Isso ajudou os resultados e contribui para a capacidade das companhias de ir ao mercado e de tomar financiamentos, destacam analistas.

"A alta das cotações do minério elevou as margens de Ebtida, melhorando a relação de dívida líquida e o "rating" de crédito das siderúrgicas", afirma Fábio Cascione, sócio do escritório Cascione Advogados, especialista no assessoramento a operações no mercado financeiro e de capitais. A relação dívida líquida x Ebtida mede a capacidade de endividamento das companhias.

Com melhoria de ganhos de margem e de redução de alavancagem, aumenta o interesse das empresas do setor de se financiar no mercado local, recorrendo a operações de mercado de capitais, sobretudo diante da perspectiva de queda das taxas de juros.

"Também contribui para isso a redução do protagonismo do BNDES no financiamento a grandes empresas, pelo menos no atual governo", acrescenta Cascione. Ele lembra que, no mercado interno, o setor, tradicionalmente, acessava o banco estatal de fomento para financiar investimentos.

Os grandes projetos da siderurgia e mineração, com instalação de novas unidades de produção, modernização e expansão de capacidades foram apoiados pelo BNDES. Já no mercado externo, a opção são os financiamentos a exportações e emissões de bonds. "Com a retração do BNDES, as empresas aumentaram interesse no mercado de crédito privado, utilizando instrumentos de debêntures e renda fixa", constata o advogado.

Também Gabriela E Cortez, analista de siderurgia e mineração do Banco do Brasil, observa que no segundo trimestre, os resultados de grandes usinas vieram melhores do que os do primeiro trimestre, beneficiados pela área de mineração. A receita de mineração, com alta de preços do minério, influenciou os resultados gerais, compensando o desempenho mais tímido da siderurgia. "Desde o ano passado, as siderúrgicas vêm investindo nas atividades de mineração, visando aumento de capacidade de produção e qualidade de produto. Agora, porém, temos visto empresas falando de empréstimos e de novas dívidas para investimentos também na siderurgia, sobretudo em manutenção, diz ela.

Gabriela lembra que com o baixo crescimento da economia, as siderúrgicas cortaram custos e diminuíram investimentos na atividade. Esses últimos anos de Capex reduzido deixou os altos fornos no limite da capacidade produtiva. As usinas agora realizam programas para paradas de manutenção, e investimentos também em inovação. Para isso, elas demandarão investimentos maiores, que deverão ser realizados com recursos da própria geração de caixa da companhia, financiamentos e mecanismo de mercado de capitais.

O mercado observa o aumento de operações de debêntures, e de parcerias entre empresas, com contratos de pré-pagamento à mineração vinculados a

fornecimento de minério. Empresas também lançam mão de emissões de bonds, como a realizada recentemente pela Usiminas.

"Assim, elas renegociam dívidas contraídas no passado, o que permite o alongamento do perfil de endividamento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Lívia Ferrari | Do Rio

Título: Operações de bonds permitem quitação de dívidas

Emissões de bonds no exterior têm sido alternativa do setor siderúrgico para a implementação de programas de renegociação de dívidas, que ajudam a ampliar liquidez das empresas e aumentar capacidade de investimentos. É o caso da Usiminas, que em julho concluiu a precificação dos títulos emitidos no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com juros de 5,875% ao ano, a serem pagos semestralmente, e com vencimento em 2026.

Com esses recursos a empresa cumpre programa que inclui, entre outros objetivos, o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao BNDES e bancos internacionais, principalmente japoneses; e o pré-pagamento parcial de sua dívida com debenturistas. Além disso, foram feitas alterações nos termos das dívidas, incluindo condições mais favoráveis à companhia.

Para analistas do mercado, a operação de bonds garantiu maior flexibilidade financeira e liquidez à Usiminas. Dias antes da emissão dos títulos no mercado, a agência de classificação de risco Standard and Poor's (S&P) elevou o rating da Usiminas.

Em meio ao processo de mitigação de dívidas do passado, a Usiminas anunciou investimentos de R\$ 800 milhões este ano, que deverão ser realizados com recursos próprios, segundo a empresa.

Também a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está ativa no mercado de títulos. A empresa fez emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1,95 bilhão, considerada uma das maiores operações do mercado este ano. A emissão é parte de refinanciamento de uma dívida de R\$ 7 bilhões que a CSN tinha com a Caixa Econômica Federal. "A reestruturação permitiu alongar o perfil da dívida e demonstra que existe aptidão e interesse de companhias em acessar mais o mercado de capitais, ainda pouco explorado por elas", diz Fábio Cascione, do escritório Cascione Advogados, que prestou assessoria jurídica à Caixa no negócio.

Especialistas do mercado dizem que o encolhimento dos bancos públicos nos empréstimos às empresas, principalmente do BNDES, e a maior demanda dos investidores por diversificação de carteira na atual conjuntura de queda de juros têm incentivado a busca de opções de financiamento via mercado de capitais.

O adiamento de investimentos em alguns projetos na siderurgia, devido à retomada mais lenta que o esperado da economia brasileira, também contribui para o baixo patamar dos desembolsos do BNDES, que, no passado, foi responsável pelo financiamento dos grandes projetos do setor.

Em 2018, as liberações do banco estatal de fomento para a atividade siderúrgica somaram apenas R\$ 45,7 milhões. Ainda não houve desembolsos em 2019. Considerando o setor de metalurgia e produtos como um todo, os desembolsos do BNDES foram de R\$ 446 milhões no ano passado e de R\$ 255 milhões até junho. As consultas, de R\$ 1,6 bilhão em 2018, somam R\$ 471 milhões em 2019.

A assessoria do banco explica que o volume de desembolsos é impactado diretamente pela situação de excesso de capacidade de oferta no mercado siderúrgico brasileiro nos últimos anos. Ou seja, diante disso, não há investimentos em novas adições de capacidade.

Enquanto isso, bancos de investimento, atuantes em operações de emissão de títulos de dívida de empresas no mercado doméstico, esperam um ano de resultados recordes. Eles constataam que as emissões são alternativas que empresas de diferentes setores, inclusive o siderúrgico, estão buscando para se prepararem para financiar planos de investimentos.

As estatísticas da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) parecem confirmar a tendência. Nos primeiros meses deste ano, as empresas captaram no mercado de capitais doméstico R\$ 206,8 bilhões, com aumento de 35% sobre mesmo período de 2018. As debêntures foram os instrumentos de captação com maior participação no volume emitido: 46,4% do total, equivalente a R\$ 95,9 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Danylo Martins | Para o Valor, de São Paulo

Título: Recuperação lenta da economia afeta os papéis das siderúrgicas

A indústria brasileira de aço começou o ano otimista, mas revisou as projeções de expansão diante da expectativa de uma lenta recuperação econômica. Mesmo com estimativas mais modestas de consumo e produção de aço neste

ano, o Instituto Aço Brasil mantém um horizonte positivo para o segundo semestre, sustentado pelo avanço da reforma da Previdência no Congresso.

O desempenho fraco da economia e do setor afeta as ações das maiores siderúrgicas. A exceção é a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cujo papel dobrou de valor, passando de R\$ 9 em janeiro para R\$ 18 em junho, impulsionado pelo aumento do preço do minério de ferro. No ano, até 9 de agosto, as ações da companhia carioca saltam 73,9%, enquanto os papéis de Gerdau e Usiminas recuam 9,3% e 10,7%, respectivamente. Já o Ibovespa, no mesmo período, acumula ganho de 18,33%.

"Começamos o ano com expectativa positiva para a economia, mas a reforma da Previdência atrasou. Logicamente, será bem-vinda porque gera confiança, mas tudo é a passos lentos", avalia Pedro Galdi, analista da Mirae Asset. Para ele, a retomada da confiança pode resultar num quarto trimestre melhor para as empresas. Apesar disso, não será um ano "maravilhoso" para o setor, segundo o analista.

O desastre da Vale em Brumadinho (MG) afetou a produção da empresa, contribuindo para a pressão sobre o preço do minério de ferro. A cotação da commodity disparou e chegou a ultrapassar US\$ 120 por tonelada, mas recuou a US\$ 100 por tonelada, com o agravamento da tensão comercial entre Estados Unidos e China nas últimas semanas.

Além disso, um ciclone na Austrália em março prejudicou as operações da BHP e da Rio Tinto. "Em paralelo, tivemos aumento de demanda por minério de ferro na China, com recorde de produção de aço bruto. Isso gerou um desbalanceamento entre oferta e demanda", lembra Tasso Sousa Vasconcellos, analista de siderurgia e mineração da Eleven Financial Research.

A cotação da commodity nas máximas beneficiou diretamente a CSN, que mantém forte produção de minério de ferro para exportação. Prova disso é que a atividade de mineração representou 82% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia no segundo trimestre deste ano - no mesmo período de 2018, a fatia era de 36%. "Das três empresas, foi o que teve mais evolução de resultado, mas se olharmos o negócio de siderurgia, sofreu tanto quanto as outras", aponta Galdi.

O processo de desalavancagem da companhia também animou os investidores. A relação entre dívida líquida e Ebitda passou de 5,34 vezes no segundo trimestre para 3,65 vezes em igual intervalo deste ano. O nível de endividamento é maior em relação ao de Gerdau e Usiminas, mas melhorou bastante, segundo Thiago Lofiego, analista de siderurgia e mineração da corretora do Bradesco BBI. "Ainda não está num nível confortável, mas perto do

que era a CSN há um ou dois anos, é um patamar mais razoável", observa. Com recomendação neutra para o papel, o analista acredita que o preço do minério de ferro não se sustente no patamar atual, o que deve impactar negativamente as ações.

Na contramão da CSN, os papéis de Usiminas e Gerdau sofrem com a fraca demanda interna por aço. No caso da empresa mineira, a melhora dos resultados depende de uma recuperação, principalmente, do setor automotivo. No primeiro semestre, a produção de veículos cresceu modestos 2,8% ante o mesmo período de 2018, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). "Estamos vendo uma pequena recuperação, mas nada que empolgue muito", afirma Lofiego, que mantém recomendação neutra para o papel.

Entre as três siderúrgicas, a Gerdau foi a que apresentou o resultado mais fraco no segundo trimestre, com queda na receita e no lucro. A companhia atribuiu o desempenho aos desinvestimentos no ano passado, com venda de unidades no Chile e na Índia e parte das unidades de vergalhão nos EUA. "A empresa já fez o dever de casa na época de vacas magras e está preparada para surfar a volta do crescimento do país", destaca Vasconcellos, que trabalha com recomendação de compra para a ação.

Betina Roxo, analista da XP Investimentos, também enxerga um horizonte positivo para os papéis da Gerdau. "Mesmo impactada negativamente pela demanda mais fraca, a ação está descontada, enquanto CSN e Usiminas negociam a um múltiplo justo", afirma. A diversificação geográfica dos negócios continua como um dos trunfos da companhia gaúcha. Ainda assim, diz Betina, a guerra comercial entre EUA e China e o temor com a economia global são pontos de atenção no segundo semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Guilherme Meirelles | Para o Valor, de São Paulo

Título: Volatilidade marca os negócios com minério de ferro em Dalian

Após mais de dois anos flutuando nas faixas entre US\$ 80 por tonelada e US\$ 60 por tonelada, o minério de ferro 62% (padrão de teor de pureza) vive um ano atípico, marcado por extrema volatilidade em razão de alterações bruscas na oferta e na demanda da commodity. No primeiro dia do ano, a cotação no mercado spot (pagamento à vista na entrega da mercadoria) estava em US\$ 72 por tonelada na Dalian Commodity Exchange, na China, alinhada com os preços médios que vigoravam no segundo semestre de 2018.

Duas anormalidades em curto espaço causaram grande abalo na oferta: no dia 25 de janeiro, houve o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), o que ocasionou por parte do Ministério Público de Minas Gerais o fechamento de todas as minas da empresa com processamento a úmido (ao lado de barragens), como foi o caso da mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), responsável pela produção anual de 30 milhões de toneladas. A estimativa é que 90 milhões de toneladas anualizadas foram paralisadas. No fim de março, na Austrália, o ciclone tropical Verônica atingiu os principais centros portuários do país, o que afetou as exportações das mineradoras Rio Tinto, BHP e Fortescue, que, ao lado da Vale, respondem por mais de 75% da venda global do minério.

Os episódios ocorreram no momento em que as siderúrgicas da China (maior produtor mundial de aço) estavam a pleno vapor, com uma produção 10% superior à do 1º trimestre de 2018. Resultado: os preços dispararam no semestre e bateram na casa de US\$ 126 a tonelada no início de julho.

O "fator Trump" - anúncio de sobretaxa de 10% dos EUA sobre alguns produtos chineses, decisão prevista inicialmente para vigorar a partir de 1º de setembro e adiada para 15 de dezembro. Em resposta, a China promoveu a desvalorização do yuan em relação ao dólar na relação 7 para 1, o que causou uma sensação de insegurança entre os investidores.

O impacto foi imediato. O preço do minério de ferro despencou e estava cotado a US\$ 90,5 por tonelada em 12 de agosto, a menor cotação em quatro meses.

Para Thiago Lofiego, analista chefe de siderurgia e mineração do Bradesco BBI, a tendência é de uma estabilização dos preços na faixa de US\$ 90 a tonelada até dezembro, na medida em que a produção da Vale e das mineradoras australianas voltem à normalidade. "Com a retomada das operações nas minas de Brucutu, Vargem Grande e das minas que fazem processamento a seco, a Vale vai recolocar cerca de 60 milhões de toneladas até o final do ano e mais 30 milhões de toneladas nos próximos dois anos", diz.

Devido ao forte inverno chinês, a produção de aço no país asiático costuma cair partir de outubro e deve fechar em torno de 900 milhões de toneladas - 50% da produção mundial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Andrea Vialli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Fabricantes querem reciclar 60% das embalagens até 2031

Automóveis, eletrodomésticos, vergalhões de construção civil, embalagens de alimentos ou tintas - praticamente todo o aço descartado tem potencial para ser reciclado e voltar à indústria siderúrgica como matéria-prima. A cadeia de valor da sucata de aço no Brasil está bem estabelecida, mas ainda tem espaço para crescer, especialmente no que diz respeito às embalagens feitas com o material. Hoje 47,6 % delas retornam à indústria para virar aço novamente, num volume equivalente a 200 mil toneladas por ano.

A Abeaço, associação que representa os fabricantes de latas de aço, quer aumentar esse índice para 60% até 2031. Para isso, está dando suporte à criação de centros de coleta do material e postos de entrega voluntária (PEV), além de capacitar cooperativas de catadores para receber o material.

Em 2012, a indústria de embalagens de aço investiu R\$ 1 milhão na Prolata Reciclagem, entidade de gestão da reciclagem formada por 12 empresas para tratar da reciclagem e logística reversa dessas embalagens, como estratégia para cumprir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A Prolata recebe as embalagens coletadas por 51 cooperativas de catadores, tem entrepostos para o descarte de grandes volumes em sete Estados e, mais recentemente, firmou parcerias com fabricantes e revendedores de tintas para disponibilizar PEVs aos consumidores em São Paulo, Manaus e em quatro municípios da Baixada Santista.

"Para atingir a meta, precisamos do engajamento do consumidor para o descarte seletivo das latas pós-consumo. Esse é nosso desafio atual", diz Thaís Fagury, presidente da Abeaço.

O modelo da Prolata foi desenvolvido após a observação da estratégia de países com alto índice de reciclagem das embalagens de aço, tais como Bélgica (93% das latas voltam à indústria) e Suécia, com um índice de 83%. O material coletado é negociado diretamente com a Gerdau, parceira no projeto.

Entre os produtos de aço, as embalagens são os que levam menos tempo para retornar à indústria: cerca de dois anos. O aço da construção civil leva até 50 anos para ser descartado e o metal contido nos automóveis, em torno de 20 anos.

Além da chamada sucata de obsolescência, que são os produtos de aço ao fim de sua vida útil, as siderúrgicas se abastecem ainda dos refugos industriais que chegam da indústria metalmeccânica e de aparas de empresas que revendem o material. A cadeia é bem azeitada, justamente pelo alto valor da sucata de aço, que varia conforme a região do país, mas pode chegar a R\$ 400 a tonelada.

"O Brasil é um exemplo em reciclagem, não existe sucata de aço que não tenha valor de mercado", diz Luiz Carlos Araújo Picone, gerente nacional da Açovisa, empresa distribuidora que trabalha com aços longos e aço carbono. Todos os meses, a empresa produz cerca de três toneladas de sucata proveniente das aparas do corte do aço e da limalha de ferro, volume que é todo encaminhado para siderúrgicas como Gerdau e ArcelorMittal.

Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante fonte de fornecimento: 73% do aço produzido é feito com material reciclado, com a transformação anual de 12,6 milhões de toneladas de sucata em aço novo. "A reciclagem da sucata ferrosa é hoje a nossa principal matéria-prima, e isso traz muitas vantagens do ponto de vista ambiental e econômico", diz Débora Baum, gerente de planejamento e marketing de metálicos da Gerdau. Os índices da empresa estão acima da média brasileira: o país processou 8,9 milhões de toneladas de sucata nos processos siderúrgicos em 2018, de acordo com o Instituto Aço Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Andrea Vialli | De São Paulo

Título: Subprodutos ganham novas aplicações

A descoberta de novos potenciais usos para os resíduos gerados no processo de produção do aço tem sido uma busca das siderúrgicas no mundo todo. Cada tonelada de aço produzido pelas empresas no país gera aproximadamente 607 kg de resíduos, dos quais 86% são reaproveitados.

A fabricação do aço produz dois principais tipos de resíduos, ou coprodutos: os agregados siderúrgicos de alto-forno e a escória de aciaria. O primeiro representa 42% do volume e o segundo, 27%; o restante são poeiras, lamas e outros resíduos provenientes dos sistemas de tratamento da indústria.

Para os agregados siderúrgicos, a principal utilização é como insumo para a produção de cimento - 98% desses coprodutos são vendidos para cimenteiras, que utilizam o material como substituto do clínquer no seu processo produtivo. A escória de aciaria pode ser tanto comercializada quanto reaproveitada internamente, e sua principal destinação (50% do total) é como base para a pavimentação de ruas e estradas, substituindo ou como complemento à brita.

"Estamos avançando na utilização segura desses materiais, com normas técnicas e projetos de pesquisa nas principais universidades brasileiras", afirma Cristina Yuan, diretora de assuntos institucionais do Instituto Aço Brasil. Um dos passos

nessa direção foi a criação de uma comissão de estudos com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que aprovou norma técnica para o uso da escória de aciaria para pavimentação.

A Universidade de São Paulo (USP) e as federais de Uberlândia (UFU) e do Rio Grande do Sul (UFRS) estão entre as instituições participantes nas pesquisas.

De olho no potencial de aproveitamento dos coprodutos, a americana Phoenix Services, especializada em gestão de resíduos e presente em mais de 30 operações siderúrgicas no mundo, instalou-se em 2016 no Ceará para prestar serviços para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). A unidade, que recebeu R\$ 240 milhões e tem 220 funcionários, processou, em 2018, 111,5 mil toneladas de escória de alto forno, 62,5 mil toneladas de sucata de ferro gusa processada, entre outros resíduos.

Segundo Fausto Tavares, gerente geral da Phoenix do Pecém, as escórias são processadas e recuperados os metais, para uso na aciaria como matéria-prima. Com os serviços, a CSP atingiu índice de aproveitamento de 97% dos resíduos gerados em seu processo produtivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Sergio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo

Título: Carvão vegetal ajuda a reduzir a pegada de carbono

O aço brasileiro tem uma peculiaridade que pode significar vantagem competitiva no cenário de mitigação das mudanças climáticas: o uso de carvão vegetal obtido de florestas plantadas com eucalipto para essa finalidade industrial. "Apesar da expectativa de ganhos com a pegada ambiental, produtos com essas características são ainda pouco valorizados", afirma Frederico Ayres Lima, presidente da Aperam South America, empresa que tem 100% da produção de aços especiais baseada em fonte renovável de energia. Aperam criou um selo verde na tentativa de se diferenciar e replicar o conceito no mercado, sob contínua pressão por práticas de sustentabilidade.

Novos instrumentos econômicos como o da precificação de carbono, que cresce no mundo e está em construção no Brasil, com intuito de favorecer quem emite menos gases de efeito estufa, tendem a valorizar o uso de carvão vegetal na produção do aço, e não do carvão mineral, que é uma fonte fóssil. "O diferencial pode ser estratégico no contexto da competição com os asiáticos, cuja pegada de carbono é bem maior", avalia o executivo.

Para Lima, "já se percebe, mesmo de forma tímida, que uma nova geração de consumidores leva em consideração a origem dos produtos, e não somente preço e qualidade, mas falta maior divulgação desses atributos por parte das empresas em suas cadeias produtivas".

Com floresta de 126 mil hectares, sendo 30 mil hectares de área preservada e o restante de eucalipto, no Vale do Jequitinhonha (MG), a Aperam BioEnergia obtém madeira para fazer o carvão utilizado nos fornos de produção do ferro-gusa, principal matéria-prima das aciarias. Enquanto o insumo vegetal permite a captura de 1,1 tonelada de dióxido de carbono por tonelada de aço, já descontando as emissões ao longo do processo, no carvão mineral o resultado do balanço é oposto. Nesse caso, ocorre a liberação de 1,8 tonelada de carbono por tonelada de aço, segundo dados da empresa.

Além da quantidade resgatada da atmosfera, a produção baseada em florestas plantadas traz ganhos adicionais ao evitar o lançamento de gases de efeito estufa pelo uso de carvão mineral, cuja substituição em maior escala depende de tecnologias de longo prazo. Junto a isso se somam a autossuficiência de insumo energético e a redução da pressão sobre a mata nativa como fonte de madeira.

Com produção em torno de 1 milhão de toneladas de aço por ano, escala em que o uso do insumo florestal no processo industrial é técnica e economicamente viável, a empresa opera em Turmalina (MG) um dos maiores fornos de carvão vegetal do mundo, capaz de processar 2 milhões de metros cúbicos de madeira (34 carretas), o triplo em relação à tecnologia anterior. "Desta forma, produzimos carvão de melhor qualidade a menor custo na concorrência com a matéria-prima mineral", aponta Lima. A expansão, segundo ele, ocorrerá a partir do aumento da produtividade dos plantios, hoje quatro vezes maior do que quatro anos atrás.

De acordo com a Ibá, associação que representa o setor florestal, os segmentos da siderurgia e carvão vegetal representam 13% dos 7,84 milhões de hectares de árvores plantadas do país. Atualmente, a matéria-prima de florestas corresponde a 10% da produção brasileira de aço: "Como já atingimos o limite tecnológico e econômico do uso dessa fonte, os esforços viáveis para mitigar emissões de carbono estão principalmente na busca por maior eficiência energética e no aumento do uso de sucata", revela Cristina Yuan, diretora de assuntos institucionais e sustentabilidade do Instituto Aço Brasil. "O atual excesso de capacidade de produção de aço no mundo leva à necessidade de se reinventar para sobreviver, com melhoria de processos e redução de desperdícios".

"Pretendemos desenvolver uma estratégia de gestão de carbono e identificar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas", ressalta Gustavo Ribeiro de Carvalho, especialista em meio ambiente da CSN. A companhia segue resolução do órgão ambiental do Rio de Janeiro exigindo que as siderúrgicas apresentem inventários de gases de efeito estufa verificados por instituições de terceira parte, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Além de atestar emissões de carbono, a organização foi demandada pelo mercado a elaborar normas de produção sustentável para o ferro-gusa a carvão vegetal, cuja atividade se concentra em Minas Gerais, com 76% da capacidade produtiva nacional para fornecimento a fundições (40%) e indústrias de aço (60%). A partir de 2012 empresas do setor assumiram compromissos ambientais voluntários no Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal, prevendo medidas como manter relacionamento comercial somente com empresas que cumprem as exigências socioambientais legais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2019

Seção: Suplemento - Aço

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Retomada da produção em Brumadinho

A autorização dada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para a normalização da produção na mina de Brucutu e retomada parcial na mina de Vargem Grande (MG), ambas paralisadas após o rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro, permitirá à Vale disponibilizar ao mercado entre 307 e 332 milhões de toneladas de minério de ferro em 2019. Segundo Luciano Siani Pires, diretor-executivo de finanças e relações com investidores da companhia, o provável é que a produção final fique em 320 milhões de toneladas.

A Vale teve nove minas paralisadas, retirando do mercado uma capacidade somada de 93 milhões de toneladas anuais. A paralisação, por precaução, de outras minas na região ampliou o impacto para 110 milhões de toneladas, 25% da produção brasileira.

O aumento dos preços do minério por causa das ocorrências impactou os custos siderúrgicos. Segundo dados obtidos com a Usiminas, o custo foi de R\$ 2.292 por tonelada de aço produzido no segundo trimestre, alta de 7,8% em relação aos três primeiros meses, devido principalmente a um custo 29,9% maior com minério.

Dados do Instituto Aço Brasil indicam que as siderúrgicas do Sudeste dependem da compra externa de 97% de sua demanda de 11,8 milhões de toneladas

anuais de pelotas, o minério concentrado e agregado em forma de pequenas esferas. Não há relatos de desabastecimento por conta de Brumadinho. "A Vale priorizou o mercado interno e não deixou faltar minério", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Movimento do aço mostra atividade fraca

Os resultados da produção, das vendas e da exportação de aço bruto foram muito fracos em julho, segundo o Instituto Aço Brasil. Números tão pouco expressivos sobre um dos principais termômetros do ritmo da atividade industrial evidenciam a fragilidade da economia brasileira no início deste semestre. Será necessária uma recuperação muito grande nos próximos meses para que a atividade das aciarias volte aos patamares anteriores à crise. O aço é matéria-prima essencial à produção de veículos, máquinas e equipamentos.

É, portanto, um indicador importante para avaliar o investimento, mas também o consumo de itens de valor elevado. Como a indústria automobilística tem apresentado comportamento positivo, parece evidente que o maior problema está na falta do investimento. A produção de aço bruto em julho, de 2,4 milhões de toneladas, foi inferior à de maio e à de junho e caiu 20,6% em relação à de julho de 2018, quando atingiu 3,1 milhões de toneladas. As maiores quedas foram registradas em produtos semiacabados para vendas, como placas e ferro-gusa.

O recuo foi pouco expressivo na produção de laminados, em especial os planos. Esses produtos se destinam, entre outros, à fabricação de rodas, peças automotivas, tubos e cilindros de gás. São também empregados na construção de edifícios, pontes, ferrovias e em chassis de automóveis ou de caminhões. As vendas internas de aço, de 10,7 milhões de toneladas nos primeiros sete meses do ano, caíram 0,5% na comparação com igual período de 2018. As exportações de 7,7 milhões de toneladas caíram 1,8% e o valor exportado, de US\$ 4,6 bilhões, foi 6% inferior ao de 2018. Os recuos na produção de aço bruto e de laminados e semiacabados para vendas afetam principalmente os Estados de Minas Gerais (maior produtor), Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A competitividade do aço brasileiro caiu em relação a outros grandes produtores, como China (que elevou a produção de 9,9% entre os primeiros semestres de 2018 e de 2019), União Europeia, Japão, Estados Unidos e Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Na América Latina, só no México

e na Venezuela a queda foi superior à do Brasil. O aço é um exemplo dos efeitos do custo País, que limita a competitividade dos produtos brasileiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Guedes promete R\$ 500 bi a Estados

Ministro se reúne com presidente do Senado e diz que pacto federativo, que vai descentralizar recursos, injetará recursos em 15 anos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu injetar cerca de R\$ 500 bilhões em Estados e municípios ao longo de 15 anos com medidas para descentralizar recursos que hoje ficam nas mãos da União. A sinalização foi feita em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e lideranças da Casa para discutir um novo pacto federativo.

Nas últimas semanas, senadores vinham cobrando apoio da equipe econômica a pautas que significam mais receitas para os governos regionais em troca da aprovação da reforma da Previdência. O pacote inclui distribuição de dinheiro relacionado à exploração de petróleo e incremento no Fundeb, que financia a educação básica.

A descentralização de recursos para Estados e municípios vinha sendo prometida por Guedes desde a campanha eleitoral. Mas a medida preocupa uma ala da área econômica, que vê na "enxurrada" de dinheiro um incentivo para que governadores e prefeitos deixem o ajuste fiscal de lado. Até agora, eles continuam fora do alcance da reforma da Previdência, embora os gastos com aposentados e pensionistas sejam o principal problema nas contas estaduais.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que o governo vai estabelecer condicionalidades para evitar que os Estados usem o dinheiro novo para aumentos salariais, a exemplo do que ocorreu no passado. "Entendemos que há maturidade na discussão do Executivo com Legislativo, Judiciário, TCU e Tribunais de Contas. Isso permite que a gente saia para um novo patamar de federalismo fiscal", disse, em entrevista convocada de última hora, após pontos do pacto serem divulgados pelos próprios senadores. O secretário afirmou ver nova oportunidade para a inclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência.

O governo quer emplacar no mesmo pacote a proposta para desvincular recursos do Orçamento, que hoje tem 96% das despesas engessadas. Estão na

mira principalmente 261 fundos do governo federal que acabam mantendo dinheiro que não pode ser utilizado em outra área, mesmo em caso de necessidade. Um exemplo são fundos da área de segurança, que têm recursos parados à espera da liberação de projetos, enquanto outras áreas agonizam. O governo também pretende desindexar gastos corrigidos automaticamente (pela inflação, por exemplo) e promover a "desobrigação" em relação a algumas despesas. Esses pontos, porém, não foram detalhados.

As iniciativas do pacto proposto por Guedes incluem o chamado Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), que vai repartir com os governos regionais receitas de royalties e participações de petróleo que hoje são da União. Já em 2020, 30% desses recursos (o equivalente a R\$ 6 bilhões) serão repassados a Estados e municípios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Anne Warth ENVIADA ESPECIAL A FOZ DO IGUAÇU

Título: Paraguai aproveita crise para refazer acordo de Itaipu

A preocupação do governo brasileiro com a estabilidade política de Benítez deve facilitar fim de impasse sobre contratação de energia

A preocupação do governo brasileiro com a estabilidade política do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, deve facilitar o fim do impasse sobre a contratação da potência da usina hidrelétrica de Itaipu. A expectativa é de que se chegue a um acordo em 15 dias. As negociações entre as estatais Eletrobras e Ande (Administração Nacional de Eletricidade) foram retomadas na segunda-feira e uma nova reunião deve ocorrer amanhã em Foz do Iguaçu, segundo apurou o Estado/ Broadcast.

Além das boas relações entre os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez, mais conhecido como Marito, problemas financeiros também devem acelerar a construção do acordo. O impasse na contratação da potência de Itaipu se arrasta há seis meses e deixou em aberto uma fatura de US\$ 50 milhões, conta que pode subir a US\$ 130 milhões até o fim deste ano. Sem esses recursos, a usina pode deixar de honrar compromissos, o que não preocupa tanto o lado brasileiro, mas é algo crítico para o lado paraguaio – para quem Itaipu é fonte de receitas para a execução de obras e políticas públicas. Há quase um mês, a renúncia do ex-presidente da Ande Pedro Ferreira levou o governo de Benítez a uma crise que derrubou diversas autoridades.

Ferreira rejeitou cumprir os termos de uma ata que estabelecia um aumento gradual da contratação da potência da usina pelo Paraguai entre 2019 e 2022. O documento foi considerado "entreguista" e quase levou ao impeachment de Marito, que, para se manter no cargo, pediu sua anulação. Ontem o impeachment foi definitivamente arquivado pela Câmara dos Deputados (mais informações nesta página). Antes disso, o presidente substituiu todos os negociadores. Com o arrefecimento da crise política, as negociações entre Ande e Eletrobras recomeçam do zero. A Eletrobras insiste em um acordo de longo prazo, de 2019 a 2022, e quer que o Paraguai aumente sua contratação.

Já a Ande deseja negociar apenas por este e o próximo ano e quer ter preferência no uso da energia excedente, sete vezes mais barata do que a energia associada à potência. Sobre esse ponto, o Brasil não deve se opor.

Amizade. O diretor-geral de Itaipu no Brasil, general Joaquim Silva e Luna, prevê a conclusão do impasse no curto prazo. Ele reconhece ainda que a amizade entre Bolsonaro e Marito contribui para a breve solução. "A relação entre Brasil e Paraguai é importante para todos nós. Sabemos que existe uma relação bem próxima entre os dois presidentes. Qualquer coisa que desestabilize isso nos deixa desconfortáveis", disse. "Temos certeza de que, pelo vínculo que existe entre Brasil e Paraguai, isso será resolvido no curto prazo."

Sobre os valores não faturados, Silva e Luna disse ser uma parcela pequena, que ainda não afeta a usina. "Estamos chamando de energia controversa. É um valor menor", afirmou Silva e Luna, comparando a situação a um contingenciamento do orçamento pelo governo federal. Silva e Luna completa amanhã seis meses à frente da gestão da usina de Itaipu. Desde que assumiu, todos os cinco diretores brasileiros foram substituídos – dois são funcionários de carreira da usina. "São pessoas com viés e competência técnica. Isso nos livrou de qualquer vinculação ou influência de qualquer natureza", disse.

Segundo Silva e Luna, um remanejamento de gastos proporcionou recursos para o início das obras de uma nova ponte entre Brasil e Paraguai, investimentos em um hospital mantido pela usina hidrelétrica na região e reformas na pista e pátio de manobras do aeroporto de Foz do Iguaçu. "Formamos uma equipe muito forte, tivemos um ganho de austeridade e enxugamos custos", acrescentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Câmara arquiva impeachment de presidente e vice

ASSUNÇÃO

A Câmara dos Deputados do Paraguai decidiu ontem arquivar os pedidos de impeachment protocolados pela oposição contra o presidente do país, Mario Abdo Benítez, e seu vice, Hugo Velázquez, pelo acordo firmado com o Brasil para a compra de energia da usina de Itaipu. Em uma sessão extraordinária, 43 deputados votaram pelo arquivamento dos processos. Outros 36 apoiaram a sequência dos pedidos de impeachment apresentados no dia 6 pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), o principal da oposição a Abdo Benítez, após um debate de quase cinco horas.

Para que o impeachment avançasse, a oposição precisava de 53 votos dos 80 deputados. O resultado já era esperado. Abdo Benítez conseguiu o apoio de dissidentes do Partido Colorado, liderados pelo expresidente Horacio Cartes, para blindá-lo da ação da oposição, que acusa o governo de traição por considerar o acordo lesivo aos interesses do país. Sem os votos do Honor Colorado, a dissidência do Partido Colorado comandada por Cartes, a oposição não tinha os votos necessários para fazer os processos de impeachment avançarem ao Senado.

"Eles podem ter os números, mas não têm razão e os cidadãos vão estar atentos a isso", afirmou o deputado Edgar Acosta, um dos integrantes do PLRA. Com o arquivamento do processo, Abdo Benítez abafa a maior crise de seu governo desde que assumiu o poder no ano passado. O escândalo começou no dia 24 de julho, quando o conteúdo do acordo assinado com o Brasil em maio foi relevado. Desde então, Abdo Benítez tomou uma série de medidas para diminuir a pressão sobre o governo. Além de aceitar a renúncia de cinco figuras do alto escalão envolvidas nas negociações, o presidente paraguaio conseguiu, com o aval do Brasil, a anulação do acordo. / EFE

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Angela Boldrini

Título: MP que facilita venda da Eletrobras deve cair

Brasília O Congresso deve derrubar a medida provisória que previa repasses de R\$3,5 bilhões à Eletrobras.

O texto, editado pelo presidente Jair Bolsonaro em abril, previa os valores, a serem pagos até 2021, como forma de reembolsar a estatal por despesas de suas distribuidoras de energia no passado.

Ele caducaria nesta quarta-feira (21). Os parlamentares entraram em acordo na reunião de líderes da Câmara para derrubá-la e destravar a pauta de votações. Os deputados articulam rejeitar nesta terça-feira (20) a admissibilidade da medida, para que ela não chegue a ser discutida em seu mérito.

Segundo o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), o governo já planeja enviar um projeto de lei para tratar do assunto.

"A medida provisória que estava travando a pauta cai, porque não há mais tempo", afirmou a líder da minoria, Jandira Feghali (PC do B-RJ).

Apesar do acordo, partidos como PT, PSB e PRB iniciaram um movimento de obstrução à votação da medida provisória. O motivo alegado foi a falta de tempo hábil para a votação nas duas Casas. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), havia dito a integrantes da equipe econômica que se os deputados votassem, garantiria a aprovação com os senadores.

Como informou o Painel, a derrubada da medida pode prejudicar os planos de privatizar a Eletrobras neste ano.

Sem os recursos que seriam advindos dela, a estatal terá que assumir dívidas de subsidiárias, o que comprometerá seu balanço e poderá afetar o preço de suas ações.

Os recursos viriam de um fundo setorial mentido com dinheiro da conta de luz, e poderão ser complementados por outorgas obtidas por meio de leilões de ativos.

A MP de Bolsonaro já é uma reedição. Em 2018, o então presidente Michel Temer editou medida com o mesmo conteúdo, mas ela caducou em abril.

As distribuidoras foram privatizadas pela Eletrobras em 2018, mas parte das dívidas delas e também dos créditos que elas teriam a receber foi assumida pela estatal antes da venda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Queda de braço

Painel

.Caminhoneiros articulam ato para pressionar o Supremo. Em vídeo, um dos líderes da classe, o Chorão, prega paralisação no dia 4, quando haverá julgamento da tabela mínima de frete.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Pacto Federativo pode transferir até R\$ 500 Bi em 15 anos

Em reunião com senadores, o Ministério da Economia estimou que medidas a serem adotadas na proposta de um novo pacto federativo podem transferir até R\$ 500 bilhões em 15 anos a estados e municípios. Para aprovar a reforma da Previdência no Senado, o governo negocia um pacote de ações em favor das contas públicas estaduais e municipais. Nesta terça (20), Paulo Guedes foi ao Congresso se reunir com líderes partidários e o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (foto). A proposta tem cinco ações: distribuição dos recursos do leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal, Fundo Social, desvinculação do Orçamento, mudanças no Fundeb e em fundos constitucionais e plano de socorro a estados (Plano de Equilíbrio Fiscal), que já foi anunciado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/08/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Presidente da Petrobras defende fim de partilha na produção de petróleo

Governo estuda alterar obrigatoriedade do regime nas áreas do pré-sal, objeto de um projeto de lei do senador José Serra

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu ontem o fim do regime de partilha na produção de petróleo, obrigatório nos campos do pré-sal pela legislação em vigor. Para o executivo, o sistema que prevê a divisão do lucro em petróleo entre a União e as empresas não estimula a busca da eficiência. Castello Branco também criticou a exigência de que petroleiras cumpram percentuais mínimos de conteúdo local, com a compra de materiais e equipamentos no país.

As declarações de Castello Branco, feitas durante evento do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), refletem a intenção de alterar a regulação do setor. Técnicos do governo já estudam mudanças no regime de partilha.

Por isso, autoridades em Brasília vêm acompanhando de perto o projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP), ainda em fase inicial de tramitação no Senado, que propõe a possibilidade de o governo ofertar áreas do pré-sal em leilões pelo regime de concessão, além de retirar da Petrobras o direito de exercer preferência. Por esse sistema, as empresas pagam pelo direito de explorar a área, assumindo o risco da produção sem a previsão de divisão dos lucros.

FIM DO "POLÍGONO"

Serra já havia conseguido aprovar uma lei, sancionada pelo presidente Michel Temer em 2016, que livrou a Petrobras da obrigação de integrar todos os consórcios no pré-sal com uma participação mínima de 30%.

Sem fazer menção ao projeto, Castello Branco defendeu a eliminação do chamado polígono do pré-sal, a área definida pelo governo que engloba os campos no pré-sal entre as bacias de Santos e Campos e na qual só é permitida o regime de partilha:

—Definitivamente, nós temos de mudar a lei do pré-sal, acabar com a partilha, ou então, num movimento mais moderado, acabar com o polígono do pré-sal e deixar para a autoridade escolher entre regime de concessão ou de partilha. O regime de partilha, assim como o conteúdo local, retira o estímulo para a eficiência. Quem decide o que é melhor para a empresa não é a sua administração e, sim, as normas estabelecidas por burocratas. O regime de partilha não leva à eficiência.

As declarações do presidente da Petrobras foram bem recebidas na plateia de executivos do setor. Desde a sua criação, no governo Lula, o regime de partilha foi sempre muito questionado e criticado pelas petroleiras, que argumentavam que o sistema tira a atratividade dos leilões. Já o governo, na época, argumentava que seria uma forma de aumentar a arrecadação da União com a alta produtividade dos campos do pré-sal.

Sobre as exigências do conteúdo local, o presidente da Petrobras também afirmou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) se tornou "mais sensível" ao tema, melhorando as regras. No entanto, ele diz que essa exigência ainda influencia os negócios das petroleiras.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/08/2019****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA E RENATA VIEIRA
BRASÍLIA****Título: Governo pretende redistribuir R\$ 500 bilhões**

Plano é transferir recursos, em 15 anos, para estados e municípios por meio de novo pacto federativo, em discussão no Senado, com a divisão de recursos do pré-sal e mais dinheiro para o Fundeb, para a educação básica

O governo espera transferir cerca de R\$ 500 bilhões a estados e municípios nos próximos 15 anos por meio de ações do chamado novo pacto federativo. A estimativa foi apresentada ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a líderes do Senado. Entre as medidas, estão novas regras para a divisão de recursos da exploração do petróleo, autorização para que estados obtenham empréstimos com garantia e mais dinheiro para o Fundeb, que financia a educação básica nos municípios. O governo defende que os repasses sejam acompanhados de uma flexibilização do Orçamento, o que incluiria a desvinculação de despesas com saúde e educação.

As medidas chegam ao Senado no momento em que a Casa discute a reforma da Previdência, já aprovada na Câmara. O avanço de medidas que beneficiam estados é colocada como condição para que a reforma avance. A expectativa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, é que as duas medidas sejam aprovadas até outubro.

— Essas matérias do pacto vão andar na mesma velocidade da reforma da Previdência. O resumo de hoje foi para que possamos ter até a primeira semana de outubro a votação do pacto federativo e da Previdência — disse o parlamentar.

A maior parte dos recursos repassados virá do petróleo. Hoje, estados e municípios têm direito a 30% dos royalties e participações especiais da exploração de óleo e gás. Os 70% restantes ficam com a União. A equipe econômica quer inverter essa divisão, gradualmente. Assim, em oito anos, estados e municípios passariam a ter direito a 70%, deixando 30% em Brasília.

ATÉ R\$32 BI DO PRÉ-SAL

A equipe econômica espera que, com a previsão alta exponencial da produção do pré-sal nos próximos anos, os governos locais recebam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões, em valores crescentes, até 2034. O governo, no entanto, não estimou qual seria o valor total repassado ao longo do período.

Também entram na conta dos R\$ 500 bilhões a transferência imediata de parte dos R\$ 106 bilhões que o governo arrecadará no megaleilão do excedente do pré-sal, marcado para novembro. Desse valor, R\$ 33 bilhões serão repassados à Petrobras e R\$ 73 bilhões ficarão com a União. Da parte que lhe cabe, o governo federal repassará R\$ 21 bilhões a estados e municípios.

O governo quer aproveitar, ainda, o dinheiro do leilão para pacificar o debate sobre as compensações da Lei Kandir e do FEX (mecanismo para estimular exportações), que impuseram perdas aos estados ao desonerar o ICMS. Assim, R\$ 4 bilhões extras seriam destinados aos estados. Em troca, os entes teriam que desistir das ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a União em que pedem essas compensações.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a expectativa é que esses recursos sejam destinados para investimentos. O governo quer negociar com o Senado condições para o uso dos recursos, proibindo, por exemplo, que sejam destinados para pagar folha de pagamentos.

— Entendemos que o uso desses recursos para despesa com pessoal pode reverter em sinal ruim, em posição desfavorável para a sustentabilidade das contas dos entes subnacionais — disse o secretário ontem, acrescentando que os R\$ 40 bilhões em garantias de empréstimos a estados, o chamado Plano Mansueto, também estão incluídos no pacto.

O pacote montado pelo governo também contempla municípios, ao prever a renovação do Fundeb, que acaba em 2020. A equipe econômica promete manter os repasses de R\$ 13,3 bilhões a partir de 2021 e destinar R\$ 6,5 bilhões extras a regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos viriam dos fundos constitucionais, que hoje atendem a essas regiões e são voltados para financiamento de projetos do setor privado. Hoje, esses fundos têm mais de R\$ 100 bilhões em patrimônio e cerca de R\$ 32 bilhões por ano para financiar projetos. Além dos recursos para o Fundeb, o governo pretende destinar de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano para que os fundos apoiem projetos de infraestrutura.

O texto precisa ser negociado com senadores. O governo pretende encaminhar apenas uma proposta de emenda à Constituição (PEC) tratando da divisão de recursos do pré-sal, mudanças no Fundeb e a desvinculação de despesas. A equipe de Guedes entende que isso dará mais flexibilidade para que os recursos sejam destinados de acordo com a prioridade dos parlamentares.

— O Orçamento primário é da ordem de R\$ 1,4 trilhão. O ministro colocou suas diretrizes em uma forte de desvinculação, desindexação e desobrigação. Os senadores entenderam a mensagem —disse Waldery.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/08/2019****Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Assim falou James Heckman**

Será lançado hoje o Petrobras Primeira Infância. A estatal investirá R\$ 20 milhões, por três anos, no projeto que visa a capacitar profissionais da rede pública responsáveis pelo desenvolvimento de crianças de até 6 anos. Roberto Castello Branco, como se sabe, reduziu investimentos em cultura para aportar na 1a. infância. O presidente da Petrobras já disse ser fã do professor da Universidade de Chicago (onde estudou) James Heckman, Nobel de Economia, para quem investir em educação nos anos iniciais é o caminho para o país crescer.

MME / ASCOM .